



7^a

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
para a **FORMAÇÃO**
de **MAGISTRADOS**

EXCELÊNCIA JUDICIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

08-12 novembro de 2015 • Pernambuco, Brasil.

www.iojt2015-brazil.com

THE
INTERNATIONAL
ORGANIZATION
FOR JUDICIAL
TRAINING



AGRADECIMENTOS

Os organizadores da conferência expressam sua gratidão e reconhecimento pelo apoio prestado pelo NCSC – National Center for State Courts.

ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira,

ENAMAT - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho,

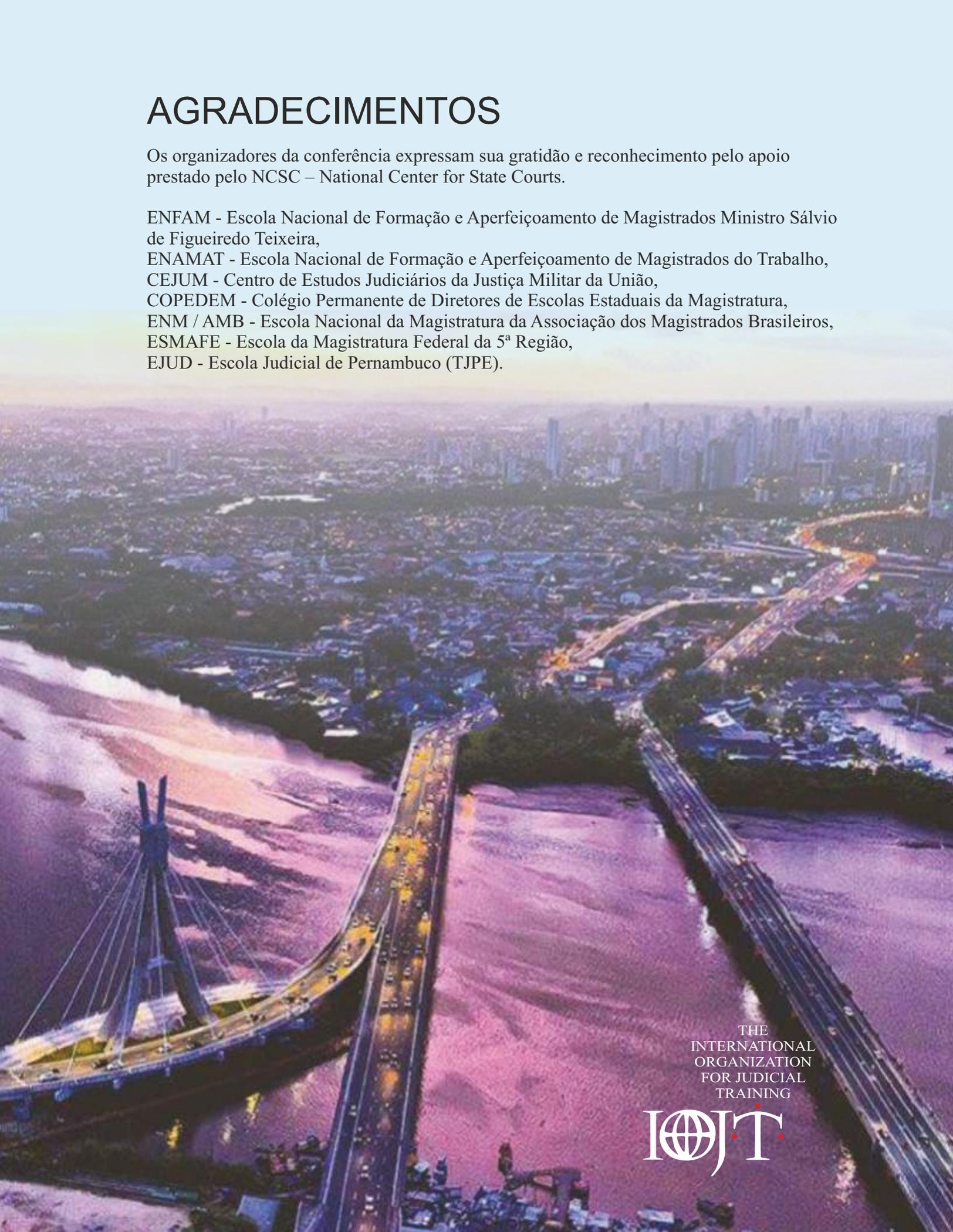
CEJUM - Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União,

COPEDEM - Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura,

ENM / AMB - Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros,

ESMAFE - Escola da Magistratura Federal da 5ª Região,

EJUD - Escola Judicial de Pernambuco (TJPE).

An aerial photograph of a city at dusk or dawn. The sky is a mix of purple, pink, and blue. In the foreground, a large cable-stayed bridge with two tall pylons spans across a body of water. To the right, a multi-lane highway with traffic is visible. The city skyline with various buildings is in the background.

THE
INTERNATIONAL
ORGANIZATION
FOR JUDICIAL
TRAINING



ÍNDICE

- 
- 2 Mensagens de boas vindas
 - 3 Informações gerais
 - 4 Mapa de localização
 - 5 Eventos sociais
 - 6 Programa completo com descrições das Sessões
 - 17 Biografias dos expositores
 - 33 Membros do Comitê Executivo

MENSAGENS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA IOJT

Na qualidade de presidente da Organização Internacional de Formação Judiciária-IOJT, terei o prazer de recebê-lo na 7ª Conferência Internacional que será realizada em Porto de Galinhas - Recife, Pernambuco, Brasil, de 8 a 12 de novembro 2015.

O IOJT foi criado em 2002, em uma conferência realizada em Jerusalém, a fim de promover o Estado de direito, apoiando o trabalho dos institutos de formação judiciária em todo o mundo. IOJT facilita a cooperação e o intercâmbio de informações e conhecimentos entre os seus Estados-institutos.

O IOJT tem até agora 120 membros de 70 países.

Desde 2002, cinco conferências bem-sucedidas foram realizadas em: Ottawa (2004); Barcelona (2007); Sydney (2009); Bordeaux (2011) e Washington (2013). Estou certo de que a sétima edição da conferência, em Recife, será uma excelente oportunidade para aprender uns com os outros, compartilhar abordagens inovadoras e fortalecer a rede de educadores judiciais, especialistas e outros líderes nesse campo.

Estou ansioso para conhecê-lo no balneário de Porto de Galinhas, em Recife, na primavera brasileira de 2015.

Eliezer Rivlin,

presidente da Organização Internacional de Formação Judiciária – IOJT



O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO BRASIL

Tenho a elevada honra de apresentar nossas felicitações por nos ter sido confiado pelo IOJT o papel de anfitriões da 7ª Conferência Internacional para a Formação e Educação continuada de Magistrados e Servidores do Judiciário.

Será um enorme prazer receber os membros do IOJT, delegados internacionais e dignos representantes das instituições judiciais, para a Conferência que será realizada pela primeira vez no Brasil e na América do Sul.

Essa Conferência será uma ocasião incomparável para ampliar o networking entre profissionais e instituições de educação judicial, estreitar as nossas relações, construir laços e colher frutos, conhecimento e experiência fundamentais para concretizar a sociedade que queremos, com um judiciário preparado e os seus membros motivados e prontos para a realização de um trabalho racional e efetivo.

Assim, ao mesmo tempo em que congratulamos e recebemos, queremos convidá-los a participar desse Encontro com a finalidade de fortalecer sua representatividade e organização judiciária.

Com muita satisfação os receberemos em Pernambuco – terra das águas mornas, no mais famoso balneário do Brasil. Desejando a todos proveitosas discussões científicas, e que este Encontro seja bem sucedido e recompensador. Seja bem-vindo!

Des. Fernando Cerqueira Norberto



INFORMAÇÕES GERAIS

“ A Comissão Executiva Local orgulhosa e calorosamente **CONGRATULA-SE COM OS MEMBROS**

da Organização Internacional de Formação Judiciária e seus convidados, para a realização desta especial conferência em Pernambuco. ”

HOTELE CAFÉ DA MANHÃ

O hotel de conferências é o Enotel Convention & Spa Porto de Galinhas, que funciona no sistema *all inclusive* (alojamento, refeições e bebidas). Os participantes da conferência hospedados no Enotel têm direito a um variado desjejum quente, que será servido em estilo buffet num dos restaurantes, de livre escolha pelo hóspede.

INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA

O Inglês é a língua oficial da Conferência. Haverá interpretação simultânea para o Inglês, espanhol e francês nas sessões plenárias e demais ações educacionais realizadas na sala de reunião plenária durante toda a conferência. Em três das salas onde ocorrerão as sessões simultâneas, haverá interpretação para o inglês e para o português. Na quinta sala de sessões simultâneas não haverá interpretação simultânea, e as palestras serão proferidas na língua oficial da conferência.

TRAJE RECOMENDADO

Sessões da Conferência: Formal
Recepção de Boas Vindas: Formal
Jantar Musical: Casual chique
Jantar de Encerramento: Casual chique

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE (CRACHÁ)

Todos os participantes e acompanhantes devem usar sua identificação (crachá) enquanto permanecerem no local da conferência.

SEGUNDA VIA DA IDENTIFICAÇÃO (CRACHÁ)

O acesso às salas de sessões e aos eventos sociais da conferência apenas será permitido aos portadores de crachá. Em caso de perda ou extravio do crachá, uma segunda via poderá ser emitida pagando-se uma taxa de substituição de US\$ 25.

DISCAGEM INTERNACIONAL

Para discar para destinos internacionais a partir do Brasil, marcar 00 seguido do código do país, código de área e número de telefone.

ACESSO À INTERNET E WI-FI

Os participantes da conferência terão acesso gratuito Wi-Fi em todas as salas de sessão, e poderão também utilizar os terminais de computador que serão disponibilizados no hall dos salões no horário das sessões. Para os hóspedes do Enotel haverá acesso Wi-Fi gratuito nos apartamentos.

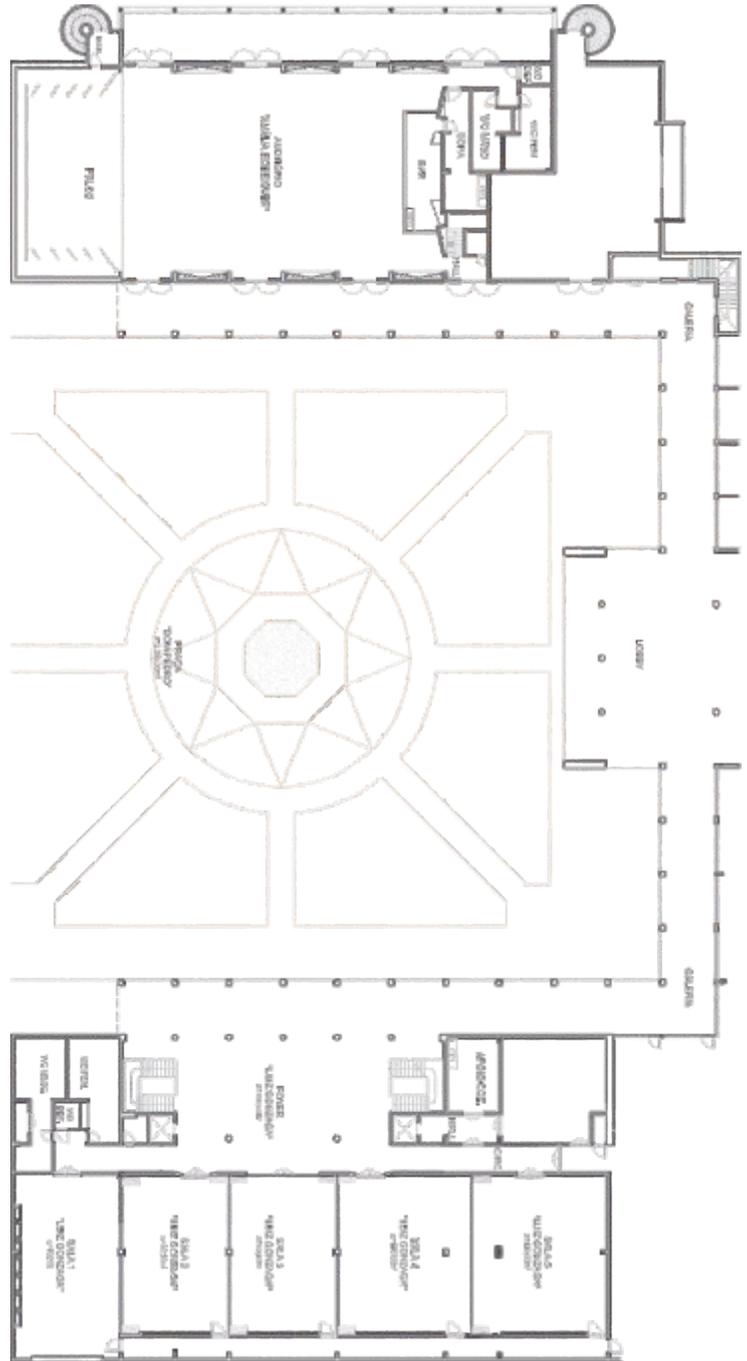
TOUR OPCIONAL RECIFE E OLINDA

Por favor, consulte a brochura que consta do material na sua bolsa da conferência, que destaca atrações, restaurantes, museus e passeios nas cidades.

CLIMA

A temperatura média durante o dia na costa de Pernambuco, no início de novembro, é de 30° C (86° F). Toda a área de realização da conferência é climatizada, como também os apartamentos do Enotel. O Nordeste do Brasil tem temperatura agradável durante todo o ano, em níveis próximos ao do verão, com raros períodos de chuva. É aconselhável trazer e usar protetores solares, especialmente fora do hotel.

PLANTA DO HOTEL



EVENTOS SOCIAIS

DOMINGO 8 DE NOVEMBRO, RECEPÇÃO DE BOAS VINDAS

Recepção com coquetel, acompanhado por apresentação musical realizada pelos jovens estudantes de programa social.

Traje: Formal

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Francisco Brennand, 1º andar do Centro de Convenções & Spa do Enotel

SEGUNDA-FEIRA 9 DE NOVEMBRO, 2015, JANTAR MUSICAL

Jantar musical de confraternização, assentos livres.

Traje: Casual chique

Horário: 19:00 - 22:00

Local: Praça Francisco Brennand, 1º andar do Centro de Convenções & Spa do Enotel

QUARTA-FEIRA 11 DE NOVEMBRO, 2015, JANTAR DE ENCERRAMENTO

Recepção e jantar com serviço de vinho, acompanhado por uma apresentação folclórica (Ballet Cultural do Recife).

Traje: Casual chic

Horário: 19:00 - 22:00

Local: Praça Francisco Brennand, 1º andar do Centro de Convenções & Spa do Enotel

TERÇA-FEIRA 10 DE NOVEMBRO (PERÍODO DA TARDE) PASSEIOS TURÍSTICOS OPCIONAIS

Opção 1 - CITY TOUR HISTÓRICO DE RECIFE E OLINDA

Os participantes irão realizar uma visita à história e à cultura brasileiras. Estas são duas cidades vizinhas, mas cada um tem suas peculiaridades. Neste passeio você vai visitar Recife, que é uma cidade grande com um centro histórico, rodeado por edifícios modernos. A seguir, você vai fazer uma visita a Olinda, que é cidade Patrimônio Mundial (status concedido pela UNESCO em 1982), e é a primeira cidade do país a receber a designação de Capital da Cultura Brasileira.

Preço: US\$ 35 por pessoa, mínimo de 20 pessoas.

Opção 2 - INSTITUTO RICARDO BRENNAND / ATELIER FRANCISCO BRENNAND

Um imperativo para qualquer um que visita Pernambuco, o Instituto Ricardo Brennand é um verdadeiro castelo, com uma coleção impressionante de armas e armaduras da Idade Média, tapeçarias holandeses, esculturas em mármore, pinturas e outras obras de arte que nos propiciam um passeio através dos tempos, tudo isso em um bosque com dezenas de palmeiras imperiais. A Oficina Francisco Brennand emergiu das ruínas da antiga fábrica de cerâmica da família, e hoje a coleção inclui mais de 2.000 peças, entre esculturas e pinturas espalhadas por 15000 m².

PROGRAMA

7^a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
para a **FORMAÇÃO**
de **MAGISTRADOS**

**Excelência
Judicial
Através da
Educação**

08-12 novembro de 2015
Recife, PE,
Brasil

THE
INTERNATIONAL
ORGANIZATION
FOR JUDICIAL
TRAINING



DOMINGO, 8 DE NOVEMBRO

9:00 – 16:00	Reunião do Conselho de Governadores da IOJT
14:00 – 18:00	Registro
18:00 – 20:00	Recepção de Boas Vindas

TEMA 1 – EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO JUDICIAL: COMPONENTES ESSENCIAIS

SEGUNDA, 9 DE NOVEMBRO

7:00 – 17:00	Registro
8:00 – 9:00	Cerimônia de Abertura
9:00 – 10:15	Plenária 1: Princípios da Educação Judicial Palestrantes: Hon. Adele Kent, Juíza, Court of Queen's Bench of Alberta, Canadá; Hon. John Wilson Nattubu Tsekooko, Juiz (Aposentado), Instituto de Estudos Judiciários (Judicial Studies Institute), Uganda; Hon. Muhammad Amir Munir, Juiz, Tribunais Distritais, Paquistão; Xavier Ronsin, Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM), França. Descrição: A Juíza Adele Kent apresentará os princípios da educação judicial aprovados pelo Conselho de Governadores do Instituto Nacional Judicial da Austrália em 2006, para abordar os objetivos da educação judicial, a estrutura constitutiva e administrativa do Instituto Nacional Judicial, as suas atribuições e os métodos de aprendizagem aplicados pelo Instituto. Os demais palestrantes irão comentar o tema com base nas experiências dos seus próprios institutos de formação.
10:15 – 10:45	PAUSA
10:45 – 12:00	Sessões Simultâneas

Sessão 1: Candidatos ao judiciário: Avaliação, Seleção e Nomeação

Palestrantes:

Angela Quiroga, Diretora Geral do Instituto de Estudos Judiciais do Supremo Tribunal de Justiça da Cidade do México, México;
Aleksandra Luzhina, responsável pelos programas de educação continuada para juízes, Universidade Estatal Judicial, Rússia;
Benoit Chamouard, Gerente de Projetos, Departamento Internacional da Escola Nacional de Magistratura (ENM), França.

Descrição: Nesta sessão, os apresentadores irão descrever como candidatos judiciais são

selecionados em seus países, comentando brevemente como os perfis ideais dos candidatos para cada posição são definidos e como sua seleção e nomeação é realizada.

Sessão 2: Formação de novos juízes – Orientação e Currículo

Palestrantes:

Hon. Ronald Sokol, membro da equipe dos Professores do Instituto de Estudos Judiciais Avançados, Israel
Janine McIntosh, diretora do Instituto de Estudos Judiciários, Nova Zelândia
Marco Bruno Miranda Clementino, Juiz Federal, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Brasil

Descrição: As formas de seleção e nomeação de candidatos para juízes variam amplamente em todo o mundo, mas na maioria dos países, algum tipo de formação inicial é oferecido a candidatos aprovados. Este painel irá apresentar as orientações gerais e currículo mínimo de formação inicial, com base na experiência de cada instituto.

A Formação de novos juízes em Israel pelo Instituto de Estudos Avançados judiciais se baseia em vários elementos: um seminário geral, que ensina habilidades judiciais, fornece o conhecimento em diversos assuntos e inclui reuniões com funcionários do sistema judicial; seminários sobre questões específicas relacionadas com os vários papéis que os juízes cumprem; reuniões periódicas com altos magistrados; e tutoria por juízes experientes nos vários tribunais. Esta avaliação incidirá sobre esses elementos no treinamento e trará conclusões a partir da experiência de Israel.

A contribuição da Nova Zelândia nesta sessão incidirá sobre o processo de renovação do currículo, e a importância da educação contextualizada no desenvolvimento de habilidades para a prática jurisdicional. Como exemplo, os apresentadores da Nova Zelândia irão se referir a seu programa intensivo para novos juízes.

A experiência brasileira no tema será apresentada através de um breve histórico das ações de formação inicial de magistrados, a busca da uniformização e de padrões sem esquecer o respeito à autonomia e às características regionais, o consenso sobre currículo e carga horária mínimos no âmbito federal e as experiências exitosas na preparação através das atividades práticas supervisionadas.

Sessão 3: Instituições Jurídicas: Governança, Financiamento e Infraestrutura

Palestrantes:

Hon. Adele Kent, Juíza, Court of Queen's

Bench of Alberta, Canadá;
Sheridan Greenland, Diretora Executiva do Colégio Judicial, Reino Unido;
Ministro João Otávio Noronha, Superior Tribunal de Justiça, Brasil;
Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Brasil;
Hon. Chee Foo Hock, Comissário Judicial e Reitor da Escola Judicial de Singapura, Singapura.

Descrição: Esta sessão é uma continuação da plenária de abertura. Os palestrantes irão abordar a governança, financiamento, infraestrutura de institutos judiciais, usando o Instituto Nacional de Justiça do Canadá como um ponto de partida para a discussão.

Sessão 4: Avaliação da Capacitação Judiciária

Palestrantes:

Doutor Livingston Armytage, Ph.D., Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Austrália;
Shibing Cao, Ph.D., Vice-Presidente do Colégio de Juizes Nacional da China, China;
Helen Burrows, Diretor de Desenvolvimento Internacional do Tribunal Federal da Austrália, Austrália.

Descrição: Esta apresentação irá abordar um imperativo para a educação judicial: demonstrar a sua eficácia mediante o recolhimento de evidências mensuráveis de melhorias não só para os juizes, mas para as comunidades a que servem.

Sessão 5: Mestrado na formação de formadores

Palestrantes:

Desembargador Antônio Rulli Júnior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura - COPEDEM, Brasil

Desembargador Marco Villas Boas, vice-presidente do Colégio Permanente dos Diretores de Escolas de Magistratura (COPEDEM) e diretor-geral da Escola da Magistratura do Tocantins (Esmat), Brasil.

Descrição: A conferência aborda a forma como as Escolas Judiciais no Brasil estão trabalhando para a criação de Mestrado Profissional para os juizes do país, e como seus criadores estão lidando com as dificuldades causadas pelos regulamentos e pelo corpo funcional responsável pela Política Nacional de Educação.

12:00 Almoço
13:30 – 15:00 Sessões Simultâneas

Sessão 6: Formação Jurídica e Econômica e Realidade Social

Palestrante:

· #Ministro Ribeiro Dantas, Superior Tribunal de Justiça, Brasil.

Descrição: Nesta seção vamos discutir a formação judicial com o pano de fundo da realidade jurídica, econômica e social em que está inserido o aluno. Serão feitas sugestões para estilos de treinamento que levam em conta esses fatores, uma abordagem pragmática e objetiva a sua relevância na consolidação dos modelos educacionais contemporâneas para os juizes e os servidores judiciários

Sessão 7: Juizes de Jeans: O Impacto da nomeação Judicial sobre a vida do Juiz fora do tribunal

Palestrante:

Sheridan Greenland, Diretora Executiva do Colégio Judicial, Reino Unido

Descrição: Esta sessão irá usar um DVD produzido pelo Colégio Judicial do Reino Unido para explorar o impacto da nomeação judicial sobre a vida de um juiz do dia-a-dia fora do tribunal.

Sessão 8: Justiça em números: Como os Juizes podem utilizar dados e informações

Palestrantes:

Jeffrey A. Apperson, Vice-Presidente da Divisão de Programas Internacionais, National Center for State Courts, EUA;
Fabrício Bittencourt da Cruz, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Brasil.

Descrição: Esta sessão visa proporcionar - com base em experiências brasileiras e norte-americanas - orientações para identificar dentre a imensa quantidade de estatísticas, indicadores, dados e informações disponíveis, quais as mais relevantes para a orientação do trabalho dos juizes.

Sessão 9: Modelos de parcerias colaborativas: juizes, educadores judiciais e a academia

Palestrantes:

Mateus Weatherson, Diretor de Pesquisa e Publicações do Colégio Judicial de Victoria, Austrália;
Desembargador Manoel de Oliveira Erhardt, Diretor-Geral da Escola da Magistratura Federal da 5.a Região – ESMAFE.

Descrição: Esta sessão irá abordar uma série de dimensões na colaboração entre o Judiciário, o Victorian College e as universidades, tais como: construção de parcerias e relações entre as instituições, seus potenciais benefícios e riscos; apoio e fomento institucional a pesquisas conduzidas por magistrados visando melhorar a

prestação da justiça; acompanhando o desenvolvimento e a entrega da educação judicial; e incentivo a contribuições judiciais em publicações acadêmicas.

A contribuição brasileira nesta sessão incidirá na apresentação da experiência da escola federal nesta complexa relação, envolvendo a superação de barreiras e preconceitos mútuos, a busca da convivência harmônica e profícua e os resultados obtidos até o momento.

Sessão 10: Capacitação do juiz eleitoral para sua atuação nas eleições e o Sistema de Segurança da Eleição Brasileira

Palestrantes:

Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Brasil;

Alexandre Pimentel, Juiz / Diretor da Escola Judicial Eleitoral de Pernambuco, Brasil;

Giuseppe Dutra Janino, Gerente de Tecnologia da Informação, Tribunal Superior Eleitoral, Brasil.

Descrição: A conferência irá apresentar a experiência brasileira no processo eleitoral no país. No Brasil, todo o processo é eletrônico. Serão apresentados os sistemas de segurança e a forma de realização das eleições.

15:00 – 15:30 PAUSA

15:30 – 17:00 Sessões Simultâneas

Sessão 11: Educação continuada para juízes

Palestrantes:

Richard Reaves, Diretor Executivo do Instituto de Educação Judicial Continuada da Universidade da Geórgia, EUA;

Raimunda Veiga, Especialista em educação judiciária, Brasil;

Erick Martinville, Coordenador de Treinamento da Escola Nacional de Magistratura (ENM), França.

Giovanni Olsson, Juiz Coordenador, Curso Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, Brasil.

Descrição: As ações de educação visam proporcionar ao magistrado uma oportunidade para desenvolver habilidades profissionais que podem melhorar a qualidade do serviço jurisdicional de forma contínua, mas também podem ser úteis para garantir a ascensão na carreira ou o cumprimento de condições de qualificação, segundo regulamentos específicos para cada país. Esta sessão tem como objetivo fornecer uma visão geral de educação continuada segundo a prática de escolas judiciais na França, Brasil e Estados Unidos.

Sessão 12: A arte e ofício de ser um juiz

Palestrantes:

T. Brettel Dawson, Diretor Acadêmico e de Educação do Instituto Nacional de Justiça, Canadá

Desembargador Cláudio Luis Braga Dell'Orto, Presidente da Associação do Magistrados Brasileiros (AMB), Brasil

Descrição: Esta sessão irá rever (e demonstrar um ou mais módulos) dos recentes programas do Instituto Nacional de Justiça do Canadá. Estes podem incluir *Arte e Ofício de Julgar*, criado para os juízes que estiveram em exercício por 5-7 anos. Este programa convida juízes a refletir criticamente sobre sua experiência judicial naqueles primeiros anos e sobre as estruturas de seu pensamento judicial. O programa também almeja o desenvolvimento contínuo do papel dos juízes como líderes - formais ou informais - no Judiciário. Outro programa, *Sobreviver e Desenvolver-se* (Survive and Thrive) é focado mais diretamente na produtividade, gerenciamento do tempo e estratégias de bem-estar para os juízes. Esta sessão examinará os fundamentos e conteúdo desses programas e como eles são desenvolvidos. A seguir, envolverá os participantes em uma discussão sobre o papel de tais programas na oferta de capacitação judicial e convidando-os a considerar como tal programa poderia ser adaptado para os programas de educação judicial em seus países.

Sessão 13: Equilíbrio entre Influência e Independência em Formação Judiciária

Palestrantes:

Hon. Siobhan McGrath, Juiz, First Tier Tribunal, Reino Unido;

Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, juiz, Vice-Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Brasil.

Descrição: Esta sessão vai considerar o impacto da formação sobre a independência judicial. Os tópicos incluem estilos de treinamento, provedores de treinamento e estilos de aprendizagem, a implementação das lições aprendidas no treinamento, como efetuar esta mudança, e muito mais.

Sessão 14: Aprendizagem sistemática em Liderança e Gestão no Poder Judiciário: Simpósio Judicial

Palestrantes:

Mateus Weatherson, Diretor de Pesquisa e Publicações, Colégio Judicial de Victoria, Austrália;

Desembargador Vladimir Passos de Freitas (Aposentado), Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Brasil.

Descrição: Abordando temas de gestão e liderança judicial, educação para apoio à reforma do sistema judicial, independência e

accountability, esta sessão irá explicar o projeto e demonstrar a experiência do Simpósio Judicial de 2014, que foi projetado e realizado pelo Colégio Judicial de Victoria, na Austrália.

Session 15: Coaching no Poder Judiciário: um olhar interino

Palestrante:

· Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva, Juíza Federal, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Brasil.

Descrição: Devemos ir mais longe em explorar o desenvolvimento profissional dos nossos juizes e servidores que utilizam coaching. Será apresentada uma experiência pioneira no uso do coaching no ramo judicial do Brasil. Sendo os juizes alunos especiais, eles aprendem melhor se ensinados por um dos seus pares. A apresentadora irá explicar como o coaching pode ser usado na magistratura em juizes para motivar e aumentar a capacidade de administrar a justiça.

19:00 – 21:00 RECEPÇÃO
(Praça Francisco Brennand – Enotel)

TEMA 2 – TÓPICOS EMERGENTES PARA A FORMAÇÃO JUDICIAL

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

7:00 – 12:00 Registro
8:30 – 10:00 Sessões Simultâneas

Sessão 16: Benchbooks e outras Publicações Práticas para Juizes

Palestrantes:

Mira Gur-Arie, Diretora de Relações Judiciais Internacionais do Centro Judiciário Federal, EUA

Honorável David Nuffer, Juiz Distrital dos Estados Unidos, District of Utah, EUA

Jean-Bastien Risson, Chefe de Gabinete do Instituto de Formação Judiciária Francês, França

Descrição: Um *benchbook* é um livro que apresenta uma visão geral do procedimento legal para um juiz. Estes livros são utilizados pelos juizes como guias na instrução de casos, não como fonte de direito material, mas sim um guia para procedimento. Aspectos positivos e controversos do uso dessas publicações, e outras congêneres, serão debatidos nesta sessão.

Sessão 17: Educar juizes – Questões e Desafios: resultados empíricos – Pesquisa entre 40 Educadores judiciais em diversas partes do mundo

Palestrante:

Livingston Armytage, Ph.D., Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Austrália.

Descrição: A conferência apresenta os dados, informações e resultados de pesquisa desenvolvida e aplicadas pelo Centro de Formação Judicial da Austrália em 40 países ao redor do mundo. Os principais desafios e paradigmas na Educação de Juizes serão discutidos na ocasião.

Sessão 18: Formação Jurídica e a Mídia

Palestrantes:

William J. Brunson, Diretor de Projetos Especiais, Curso Nacional de Justiça, EUA;
Joseph R. Sawyer, Ensino à Distância e Tecnologia, Manager / Programa, Faculdade Jurídica Nacional, EUA;
C. Rossi, Brasil.

Descrição: A sociedade global está agora cada vez mais coberta pela mídia, e o trabalho judicial, por sua própria natureza, sempre foi foco de sua atenção. A preparação de representantes das instituições judiciais sobre mídias sociais e sobre relações com agências noticiosas é, portanto, fundamental para que as instituições que eles representam sejam sempre uma referência positiva na sociedade. Esta sessão irá apresentar e discutir formas em que os institutos judiciais estão preparando magistrados e funcionários para atender os requisitos necessários para executar com êxito o seu papel como atores políticos e representantes das suas instituições judiciais.

Sessão 19: Networking em Formação Judiciária

Palestrantes:

Hon. Wojciech Postulski, Secretário-Geral da Rede Europeia de Formação Judiciária, Bélgica;

Rainer Hornung, Ph.D., Vice-Procurador-Geral, *Lörrach Prosecution Office* e Ex-Diretor da Academia Judicial Alemã, Alemanha.

Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral do IOJT e Presidente do National Center for State Courts (NCSC), EUA;

Descrição: A formação judiciária deve ocorrer em quatro níveis:

parcerias nacionais;
redes internacionais de entidades nacionais de formação judiciária;
redes de entidades internacionais; e
rede pessoal de juizes.

Os participantes irão discutir os principais indicadores de sucesso na cooperação / trabalho em rede, que são objetivos compartilhados, confluência dos interesses de todos os parceiros, relações confiáveis, e estruturas e processos

necessários funcionando efetivamente.

Sessão 20: Treinamento em Técnicas de Depoimento de Crianças e Adolescentes:

Palestrantes:

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Brasil;

Andréa França de Paiva, membro da equipe profissional e entrevistadores das crianças vítimas ou testemunhas de violência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Brasil.

Descrição: A experiência do Estado de Pernambuco no desenvolvimento do treinamento especializado nas técnicas do depoimento colhedor e nos Direitos da Criança e do Adolescente será apresentada nesta sessão. A importância da parceria com outras autoridades e organizações para o sucesso de medidas de proteção serão também abordados.

10:00 – 10:30	PAUSA
10:30 – 12:00	Assembleia Geral IOJT
12:00	ALMOÇO
13:30	Aberto – Excursões turísticas opcionais

TEMA 2 – TÓPICOS EMERGENTES PARA A FORMAÇÃO JUDICIAL (continuação)

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

7:00 – 17:00	Registro
8:30 – 10:00	Sessões Simultâneas

Sessão 21: Juízes e Prisões: seminário

Palestrante:

Hon. Kathleen Quigg, Juíza do Tribunal de Apelação de Nova Brunswick, Canadá.

Descrição: O Instituto Nacional de Justiça do Canadá tem desenvolvido um programa de educação experimental que leva juízes a presídios e penitenciárias e a audiências de liberdade condicional, oportunizando aos Juízes discutir grande variedade de problemas com os presos, com os gestores das instituições e entre eles mesmos. Sessões de educação sobre as políticas de condenação e os respectivos processos são incorporados no programa ao longo da semana. Esta sessão irá explicar as características únicas do programa *Justiça e Prisões: Uma Visão Aprofundada do Sentenciamento*, como o programa está organizado, tanto no nível conceitual quanto sua logística. Será discutido o valor dos programas (a partir de comentários dos participantes e membros do corpo docente). Também

discutiremos a forma de gerir os riscos em tais programas para garantir sua adequação e eficácia.

Sessão 22: Juízes Online: formação de juízes sobre as implicações éticas das redes sociais

Palestrante:

Hon. John Erlick, Juiz da Suprema Corte de Washington, EUA

Descrição: Serão discutidos nesta conferência as dificuldades da previsão legal, e os desafios dos juízes para resolver litígios, com o advento das novas mídias sociais.

Sessão 23: Desenvolvimento do corpo docente das academias judiciais: Formação de Formadores, Parte 1 de 4

Palestrantes:

Desembargador Roberto Portugal Bacellar, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasil
Raimunda Veiga, Especialista em educação judiciária, Brasil

Descrição: Os princípios orientadores e as competências necessárias para ser um facilitador na formação e treinamento de juízes, além dos desafios desta missão, serão discutidos nessa série de sessões.

Sessão 24: Julgamentos de Terrorismo – Porque a Formação Judiciária para tratamento de questões relacionadas ao Terrorismo interessa a todos. Parte 1 de 3

Palestrantes:

Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral do IOJT e Presidente do National Center for State Courts (NCSC), EUA;
Amnon Carmi, Vice-Presidente do IOJT, Israel;
Eliezer Rivlin, Presidente do IOJT, Israel;
David Scharia, Ph.D., Coordenador do Grupo de Justiça Criminal da Diretoria Executiva para o Contraterrorismo da Organização das Nações Unidas, Israel;

Descrição: O Comitê contra o terrorismo das Nações Unidas (CTC) foi criado pela Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança, que foi aprovada por unanimidade em 28 de setembro de 2001 nos termos do Capítulo VII da ONU. A Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança exige que todos os Estados-Membros implementem uma série de medidas destinadas a reforçar a sua capacidade legal e institucional para combater atividades terroristas domésticas, em suas regiões e em todo o mundo. O CTC é assistido pela Diretoria Executiva para o Contraterrorismo (CTED), responsável pelo cumprimento das decisões políticas da Comissão, e que realiza avaliações de peritos de cada Estado-membro e promove assistência técnica contraterrorismo para os

países interessados. Dois altos representantes do CTED e o IOJT fornecerão uma visão geral da resposta da justiça ao terrorismo a nível global, com foco em tendências e áreas temáticas prioritárias para sistemas judiciários nacionais e academias judiciais.

Sessão 25: Treinamento de Juízes Recém Ingressos em Audiências e Dosimetria da Pena
Palestrante:

Renata Lotufo, Juíza Federal, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Brasil

Descrição: A sessão trata de experiência no treinamento de juízes recém ingressos em dois assuntos sensíveis no campo prático das varas criminais: dosimetria da pena e realização de audiências. Como buscar reflexões críticas e trazer metodologias que realmente ajudem na futura atuação dos juízes iniciantes.

10:00 – 10:30 PAUSA

10:30 – 12:00 Sessões Simultâneas

Sessão 26: Liderança e Educação Judicial
Palestrantes:

Kent Jardine, Educador do Judiciário de Trinidad e Tobago, Trinidad e Tobago;
Hon. Peter Jamadar, Juiz Presidente do Judiciário de Trinidad e Tobago, Trinidad e Tobago;
Hon. Madan B. Lokur, Chefe do Poder Judiciário, Supremo Tribunal da Índia, Índia;
Giovanni Olsson, Juiz Coordenador, Curso Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, Brasil.

Descrição: Atualmente, o papel do juiz na sociedade exige muito mais do que o conhecimento legal. A capacidade de liderar equipes é condição fundamental para que o juiz possa aplicar a lei ao caso concreto de forma rápida, eficaz e justa. Os princípios e formas de liderança relacionados ao exercício de jurisdição são temas da palestra.

Sessão 27: Concebendo, Implementando e Avaliando Programas de Desenvolvimento Profissional para Líderes e Gestores do Judiciário: melhores práticas e lições aprendidas na Ucrânia

Palestrantes:

David M. Vaughn, chefe do Grupo, Projeto Judicial FAIR da USAID, Ucrânia
Maureen E. Conner, Ph.D., Professor e Diretor do Programa de Administração Judicial, Michigan State University, EUA

Descrição: Esta sessão irá se concentrar em maneiras de fortalecer continuamente e promover oportunidades de desenvolvimento

profissional para os líderes e gestores judiciais. Os palestrantes chamarão os participantes a uma discussão sobre como projetar programas de formação para presidentes e administradores de tribunais, incluindo a realização de avaliações e levantamento das necessidades de capacitação. Serão incluídos a identificação e desenvolvimento de tópicos do curso, conteúdos e materiais, bem como a seleção do corpo docente e seu desenvolvimento. Serão abordados ao longo desta sessão a construção das habilidades de liderança dos principais juízes e administradores de tribunais. Os participantes irão partilhar os seus próprios exemplos de como treinar de forma sustentável e motivar os líderes e gestores judiciais. Esta sessão também irá destacar como proporcionar oportunidades profissionais para os principais juízes e administradores de tribunais contribuindo melhorar a confiança do público no sistema judiciário e no desempenho geral dos tribunais.

Sessão 28: Desenvolvimento do corpo docente das academias judiciais: Formação de Formadores, Parte 2 de 4

Palestrantes:

Desembargador Roberto Portugal Bacellar, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasil;
Raimunda Veiga, Especialista em educação judiciária, Brasil.

Descrição: Os princípios orientadores e as competências necessárias para ser um facilitador na formação e treinamento de juízes, além dos desafios desta missão, serão discutidos nessa série de sessões.

Sessão 29: Julgamentos de Terrorismo – Porque a Formação Judiciária para tratamento de questões relacionadas ao Terrorismo interessa a todos. Parte 2 de 3.

Palestrantes:

Barbara Jacobs Rothstein, Juíza – EUA;
Hon. Adele Kent, Juíza, Tribunal de Queen's Bench of Alberta, Canadá

Descrição: O Comitê contra o terrorismo das Nações Unidas (CTC) foi criado pela Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança, que foi aprovada por unanimidade em 28 de setembro de 2001 nos termos do Capítulo VII da ONU. A Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança exige que todos os Estados-Membros implementem uma série de medidas destinadas a reforçar a sua capacidade legal e institucional para combater atividades terroristas domésticas, em suas regiões e em todo o mundo. O CTC é assistido pela Diretoria Executiva para o Contraterrorismo (CTED), responsável pelo cumprimento das decisões políticas da Comissão, e que realiza avaliações de peritos de cada Estado-membro e promove assistência técnica contraterrorismo para os países interessados. Dois altos representantes do

CTED e o IOJT fornecerão uma visão geral da resposta da justiça ao terrorismo a nível global, com foco em tendências e áreas temáticas prioritárias para sistemas judiciários nacionais e academias judiciais.

Sessão 30: Comunicação Judiciária entre Países: Sistema Eletrônico de Rogatórias

Palestrante:

Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), Brasil.

Descrição: Esta sessão discute a formação dos juízes sobre a comunicação dos atos processuais através do instituto das cartas rogatórias e suas implicações no processo judicial brasileiro e em outros países.

12:00 ALMOÇO

13:30 – 15:00 Workshops Simultâneos

Sessão 31: Aprendendo a realizar

Palestrante:

Hon. Rosa H.M. Jansen, Juíza Presidente do Centro Holandês de Estudos e de Formação para o Judiciário, Países Baixos.

Descrição: A conferência aborda a importância da formação e desenvolvimento baseados na aplicação prática dos conhecimentos e guiados pela experiência própria dos juízes.

Sessão 32: Julgamentos de Terrorismo – Porque a Formação Judiciária para tratamento de questões relacionadas ao Terrorismo interessa a todos. Parte 3 de 3

Palestrantes:

Melissa Lefas - Analista sênior e consultora de programas jurídicos do *Global Center*.

Shreekrishna Mulmi - Vice-Diretor e Editor-Chefe da *NJA Law Journal* – NEPAL.

Joel Ngugi - Juiz do Tribunal Superior do Quênia.

Rainer Hornung, Ph.D., Vice-Procurador-Geral, *Lörrach Prosecution Office* e Ex-Diretor da Academia Judicial Alemã, Alemanha

Descrição: O Comitê contra o terrorismo das Nações Unidas (CTC) foi criado pela Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança, que foi aprovada por unanimidade em 28 de setembro de 2001 nos termos do Capítulo VII da ONU. A Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança exige que todos os Estados-Membros implementem uma série de medidas destinadas a reforçar a sua capacidade legal e institucional para combater atividades terroristas domésticas, em suas regiões e em todo o mundo. O CTC é assistido pela Diretoria Executiva para o Contraterrorismo (CTED), responsável pelo cumprimento das decisões políticas da Comissão, e que realiza avaliações de peritos de

cada Estado-membro e promove assistência técnica contraterrorismo para os países interessados. Dois altos representantes do CTED e o IOJT fornecerão uma visão geral da resposta da justiça ao terrorismo a nível global, com foco em tendências e áreas temáticas prioritárias para sistemas judiciários nacionais e academias judiciais.

Sessão 33: Desenvolvimento do corpo docente das academias judiciais: Formação de Formadores, Parte 3 de 4

Palestrantes:

Desembargador Roberto Portugal Bacellar, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasil;

Raimunda Veiga, Especialista em educação judiciária, Brasil.

Descrição: Os princípios orientadores e as competências necessárias para ser um facilitador na formação e treinamento de juízes, além dos desafios desta missão, serão discutidos nessa série de sessões.

Sessão 34: O uso da tecnologia no ensino, parte 1 de 2

Palestrante:

Jenny Green, Diretora Acadêmica, Colégio Nacional Judicial da Austrália, Austrália

John R. Meeks, Vice-Presidente do Instituto para Gestão de Tribunais, National Center for State Courts (NCSC), EUA;

Desembargador Sérgio Teixeira Torres, Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, Brasil;

Desembargador Marco Villas Boas, vice-presidente do Colégio Permanente dos Diretores de Escolas de Magistratura (COPEDEM) e diretor-geral da Escola da Magistratura do Tocantins (Esmat), Brasil.

Descrição: Esta sessão irá explorar a forma como os recursos da tecnologia podem auxiliar na formação de juízes, segundo a experiência de algumas escolas judiciais que possuem diferentes políticas de formação. Histórias de sucesso na utilização do ensino à distância serão apresentadas e discutidas nas conferências.

Sessão 35: O poder Judiciário e a era digital: como lidar com o processo eletrônico como objeto da educação judicial

Palestrante:

Cíntia Brunetta, Juíza Federal, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Brasil.

Descrição: O processo judicial eletrônico traz consigo oportunidades para uma justiça mais rápida, mas também enormes desafios em termos de treinamento na utilização dos novos sistemas. Boas práticas e algumas formas de abordar a questão serão apresentados e discutidos.

15:00 – 315:00 PAUSA

15:30 – 17:00 Workshops Simultâneos

Sessão 36: Magistrados como gestores

Palestrante:

Edith Van den Broeck, Diretora do Instituto de Formação Judiciária, Bélgica;
Erick Martinville, Coordenador de Treinamento da Escola Nacional de Magistratura (ENM), França.

Descrição: Em todo o mundo, um consenso está sendo formado sobre a importância do papel gerencial do magistrado. O desenvolvimento de habilidades relacionadas ao gerenciamento de equipes de trabalho, gestão de conflitos interpessoais, orientação para resultados e liderança - nos níveis individuais e coletivos - ajuda a promover a melhoria contínua do desempenho da equipe e as relações de trabalho, processos administrativos e de gestão geral de suas unidades organizacionais. Esta sessão pretende mostrar como diferentes escolas judiciais estão abordando esta questão importante nas suas atividades de formação, e como essas ações estão convergindo, onde quer que se desenvolvam.

Sessão 37: Educação Judicial para Todos: Integração da Educação Judicial em Punjab

Palestrante:

Hon. Muhammad Amir Munir, Juiz do Tribunal Distrital, Paquistão.

Descrição: Esta sessão irá centrar-se na reforma da educação judicial introduzida recentemente no Punjab e seu impacto sobre a qualidade da justiça administrada nos tribunais.

Sessão 38: Desenvolvimento do corpo docente das academias judiciais: Formação de Formadores, parte 4 de 4

Palestrante:

Desembargador Roberto Portugal Bacellar, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasil
Raimunda Veiga, Especialista em educação judiciária, Brasil

Descrição: Os princípios orientadores e as competências necessárias para ser um facilitador na formação e treinamento de juizes, além dos desafios desta missão, serão discutidos nessa série de sessões.

Sessão 39: O uso da tecnologia no ensino, Parte 2 de 2

Palestrantes:

Ernest Schmitt, Diretor Executivo da Comissão Judicial de New South Wales, Austrália;

Ileana Rodríguez Guillén, Ph.D., Diretor da Escola Judicial da Costa Rica, Costa Rica;
B. Paul Cotter, Jr., Tesoureiro do IOJT, EUA.

Descrição: Esta sessão irá explorar a forma como os recursos da tecnologia podem auxiliar na formação de juizes, segundo a experiência de algumas escolas judiciais que possuem diferentes políticas de formação. Histórias de sucesso na utilização do ensino à distância serão apresentadas e discutidas nas conferências.

Session 40: Feira do conhecimento

Palestrante:

· #enny Green, Diretora Acadêmica do Colégio Nacional Judicial da Austrália, Austrália

A Feira de Conhecimento fornecerá uma oportunidade adicional para redes de interligação e discussões. Usando um formato conhecido como "World Café", os participantes irão selecionar grupos de discussão sobre questões específicas, como desenvolvimento curricular, tendências da educação, educação a médio prazo, projeto de avaliação, entre outros. Além disso, haverá espaço disponível na sala da Feira de Conhecimento para exibição de materiais e recursos pelas instituições de ensino.

17:00 – 18:30 Reunião do Comitê Acadêmico do IOJT para a Formação Judicial sobre Terrorismo

19:00 – 21:00 Jantar de Encerramento

TEMA 3 – INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO

7:00 – 12:00 Balcão de Informações

8:30 – 10:00 Workshops Simultâneos

Sessão 41: Simulações para treinamento de juizes através da realização de uma audiência ou entrevista

Palestrantes:

Rainer Hornung, Ph.D., Vice-Procurador-Geral, *Lörrach Prosecution Office* e Ex-Diretor da Academia Judicial Alemã, Alemanha;
Hon. Wojciech Postulski, Secretário-Geral da Rede Europeia de Formação Judiciária, Bélgica;
Hon. Sarah Dupont, Juíza, Escola Nacional de Magistratura (ENM), França;
Hon. Siobhan McGrath, Juíza, *First Tier Tribunal*, Reino Unido;

Descrição: Esta sessão irá apresentar as seguintes experiências: Simulações em casos criminais e de família em Seminários Internacionais sobre Violência Doméstica;

Simulações em mandado de prisão europeu e Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Simulações de audiências criminais para juízes em formação, sob a tutoria de um juiz experiente e de um psicólogo;

O Tribunal em Ação - Formação através de audiência simulada planejada.

Sessão 42: Educar juízes através da Educação de sua equipe (Servidores)

Palestrantes:

Hon. Ami Kobo, Ph.D., Vice-presidente do Tribunal do Distrito Central, Israel;
Acacia Zeneida Kuenzer, Ph.D em Educação, Pesquisadora Sênior, Brasil.

Descrição: A consciência de que o trabalho do magistrado é muito melhor e mais produtivo, quanto melhor for o desempenho de sua equipe de trabalho, conduz diretamente para o desenvolvimento de métodos coletivos de formação judiciária, usando a interação entre a equipe e seu chefe designado, para a facilitação do crescimento profissional mútuo. Esta sessão tem como objetivo apresentar as diferentes experiências sobre este tema.

Sessão 43: Feedback e Direção no Jornal IOJT

Palestrante:

Livingston Armytage, Ph.D., Diretor do Centro de Estudos Judiciais, Austrália.
Tom Leighton - Vice-presidente da empresa Thomson Reuters - EUA.

Descrição: Esta sessão irá oferecer aos membros IOJT a oportunidade de fornecer feedback, comentários e sugestões para o editor do Jornal IOJT.

Session 44: Cultura, Comunicação e Mudança: como ensinar a respeito da necessidade de melhorar a tomada de decisão preventiva

Palestrantes:

Joseph R. Sawyer, Gerente de Ensino à Distância e Tecnologia, Gerente de Programas, *National Judicial College*, EUA;
Cherise F. Burdeen, Diretora Executiva do *Pretrial Justice Institute*, EUA.

Descrição: Em 2015, o *Pretrial Justice Institute* (PJI), instalado em Washington, DC estará lançando a *Pretrial University*, uma fonte para a educação presencial e virtual neste campo, incluindo bases jurídicas, pesquisa atual e prática efetiva. A Justiça *Pretrial* é muitas vezes uma disciplina sub-representada nos currículos dos cursos de Direito, por isto o PJI fez uma parceria com o National Judicial College para desenvolver currículos adaptados aos juízes. Este workshop irá focar em estratégias de capacitação judicial preventiva bem sucedida que visa mudar o comportamento judicial e promover a liderança judicial para a mudança do sistema. O workshop também vai demonstrar componentes online da Universidade de Pretrial, acessível ao público internacional.

Session 45: A Perspectiva do Nepal em Educação Judicial: Uma breve revisão.

Palestrante:

Shreekrishna Mulmi - Vice-Diretor e Editor-Chefe da *NJA Law Journal* - NEPAL;

Descrição: A conferência apresentará as principais políticas e diretrizes relacionadas com a capacitação judicial em Nepal, fazendo-se uma abordagem comparada entre a realidade atual e a partir de uma nova perspectiva.

10:00 – 10:30

PAUSA

10:30 – 12:00

Plenária 2: IOJT – Planejamento para o futuro

Palestrantes:

Hon. Shlomo Levin, Diretor do Instituto de Estudos Judiciais Avançados, Israel;
Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral da IOJT e Presidente do National Center for State Courts (NCSC), EUA.

Descrição: O Juiz S. Levin irá introduzir essa discussão através de uma visão histórica da IOJT. Após as observações do juiz Levin, haverá uma apresentação de comentários de participantes da conferência filmados ao longo do programa da Conferência e uma discussão sobre o que os presentes gostariam de ver em conferências futuras da IOJT.

BIOGRAFIAS DOS EXPOSITORES





Jeff Apperson

Sessão 08

Jeff Apperson, profissional de gestão judiciária dedicado à administração eficaz da justiça nacional e internacionalmente, um objetivo de vida que se reflete em sua carreira. Ele tem trabalhado ativamente, em nome dos cidadãos dos Estados Unidos e do mundo, para promover e melhorar o acesso à justiça na busca da proteção aos vulneráveis, da resolução de conflitos com dignidade e justiça, e para promover a proteção igualitária da lei.

Jeff atuou como Secretário do United States Bankruptcy and District Courts para o distrito ocidental de Kentucky por 27 anos. Ele também serviu como advogado conselheiro para os Tribunais dos EUA como membro do Gabinete do Inspector Geral e como Chefe de Gestão de Tribunal para o Tribunal Penal Internacional das Nações Unidas para a ex-Iugoslávia. Ocupa o cargo de Vice-Presidente de Relações Internacionais do *National Center for State Courts* (NCSC) desde janeiro de 2011. Jeff é co-fundador e atuou como presidente e CEO da Associação Internacional de Administração Judiciária (IACA). Durante o seu serviço com IACA, ele realizou nove conferências internacionais dedicadas à melhoria da gestão judicial, acesso à justiça e transparência institucional na Eslovênia, Irlanda, Itália, Turquia, Trinidad, Indonésia, Emirados Árabes Unidos, Haia, e Argentina e ajudou a criar o *International Journal for Court Administration*. Jeff graduou-se na *Samford University Law School* e foi membro da *Alabama Bar Association* e *United States Supreme Court Bar*.



Livingston Armytage

Sessão 04

Sessão 17

Sessão 43

Dr. Livingston Armytage, Ph.D., tem contribuído no desenvolvimento da educação judicial em todo o mundo ao longo dos últimos vinte e cinco anos.

Ele é autor de *Educating Judges: Towards Improving Justice*, Brill, 2015; e *Educating Judges: Towards a New Model of Judicial Education*, 1996, que foi o livro pioneiro neste campo.

Ele é editor da "Judicial Education & Training", a revista da Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT). Ele é diretor fundador do Centro de Estudos Judiciários da Austrália, Professor Adjunto de Direito da Universidade de Sydney, e Professor Visitante na Universidade de Cambridge.

O Dr. Armytage assessora governos, tribunais e agências internacionais de desenvolvimento na melhoria dos sistemas de justiça em todo o mundo.

Seus outros livros incluem: *Reforming Justice: a journey to fairness in Asia*, Cambridge University Press, 2012; e *Searching for Success in Judicial Reform*, Oxford University Press, 2009.

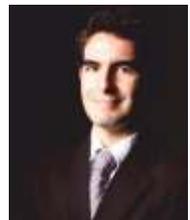


Roberto Bacellar

Sessão 33

Sessão 38

O Desembargador Roberto Portugal Bacellar possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988), mestrado em Direito Econômico Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001), especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Paranaense - UNIPAR (1997) e especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná (2004). Ingressou na carreira de Juiz de Direito em 1989. Atualmente é Desembargador do Tribunal Justiça do Estado do Paraná e professor da PUCPR, professor convidado da FGV LLM, professor convidado da Cogear PUCSP e de Escolas de Magistratura Federal e Estadual.



Fabrício Bittencourt

Sessão 08

Secretary General of the National Council of Justice of Brazil. Judge Assistant of the Presidency of the National Council of Justice. Magistrate Instructor Vice President of the Supreme Court (2013-2014). Federal judge.

Former District Attorney. Professor at the State University of Ponta Grossa PR. Professor in the School of Magistrates of Paraná. Professor in the School of Paraná Federal Judiciary. Doctorate in Public Law at the Law School of the University of São Paulo (USP). Master of Laws Socio-economic at the Catholic University of Paraná (PUC-PR). Specialist by the Brazilian Academy of Constitutional Law. Specialist by the Foundation School of the Public Ministry of the State of Paraná (FEMPAR). Post-graduate of the School of Magistrates of Paraná (EMAP). Graduated in Law from Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



Marco V. Boas

Sessão 05

Sessão 34

Marco Villas Boas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Mestre em Direito Constitucional, pela Universidade de Lisboa. É membro da Academia Tocantinense de Letras. Foi um dos fundadores do curso de Direito da Fundação Universidade do Tocantins. Presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no biênio 2003-2005. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), biênio 2011-2012, e o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (COPTREL). Exerceu o cargo de vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, biênios 2005-2007; 2013-2014 e Presidiu o Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil.

Atualmente é vice-presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM); e diretor geral da Escola Superior da Magistratura do Tocantins (ESMAT).



Edith Broeck

Sessão 36

Edith Van den Broeck iniciou sua carreira jurídica em Mechelen (1982), seguindo-se um estágio no departamento do Ministério Público de Louvain. De 1986 até 1988, ela trabalhou como adido para o Ministro belga da Justiça. Em 1991, a Sr.^a Van den Broeck retornou ao mundo judicial, depois de ter sido nomeada Procuradora Sênior em Mechelen. Van den Broeck foi uma das quatro co-fundadoras iniciais do Conselho Superior de Justiça, principal órgão de fiscalização do sistema judicial na Bélgica, onde atuou como Presidente desde fevereiro de 2003 até setembro de 2004 e de setembro de 2005 até agosto de 2006. Neste último período presidiu a Comissão de Nomeação e Seleção (seleção, treinamento e nomeação de juízes e procuradores) a partir de fevereiro de 2000 até novembro de 2007. Ela foi uma das fundadoras e mais tarde Presidente da Rede Europeia dos Conselhos Superiores (ENCJ), a partir de maio de 2007 até Setembro de 2008. Em dezembro de 2007, fundou o Instituto de Formação Judiciária fornecendo treinamento e educação essencial para os membros do sistema judicial, do qual é a Diretora. Atualmente, ela também é membro da Rede Europeia de Formação Judiciária (EJTN), onde participa do Comitê de Direção e preside o Grupo de Trabalho de Intercâmbio.



Cíntia Brunetta

Sessão 35

A juíza federal Cíntia Menezes Brunetta ingressou na magistratura em dezembro de 2004. Foi juíza substituta até agosto de 2010, quando foi promovida a juíza titular, tendo atuado em diversos estados do nordeste. Foi vencedora do Prêmio Innovare, em 2010, pela prática "Execução Bate-Pronto: cumprimento das decisões judiciais na era virtual", que agilizou o cumprimento de decisões judiciais de implantação de benefícios previdenciários. É Coordenadora de módulo de Curso inicial de Formação de Magistrados e tutora em cursos voltados ao processo eletrônico, em especial referentes aos sistemas PJe e Creta. Cíntia Brunetta é formadora de magistrados e formadora de formadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam.



William J. Brunson

Sessão 18

William J. Brunson é diretor de projetos especiais para o *National Judicial College* – NJC (EUA). Neste cargo, ele é responsável pelo desenvolvimento de negócios, realiza oficinas de desenvolvimento do corpo docente, gerencia programas internacionais, e supervisiona inúmeros projetos de financiamento relacionados principalmente ao desenvolvimento curricular para os juízes. Antes desse cargo, ele atuou no NJC como diretor acadêmico por mais de três anos e

assistente de diretor acadêmico por mais de quatro anos. Ele também atuou como conselheiro para programas por quatro anos e como coordenador do programa sob uma concessão do *Bureau of Justice Assistance*. Mr. Brunson possui diploma de bacharel pela Universidade de Nevada, Reno e Juris Doctor pela *Willamette University College of Law*. Na faculdade de Direito, trabalhou como editor associado na *Willamette Law Review*. Antes de ingressar na equipe do NJC, Mr. Brunson trabalhou na iniciativa privada. Ele é membro da *Nevada State Bar*. Recebeu em 1999 o *President's Special Service Award* pela *National Association of State Judicial Educators* (NASJE). Ele foi presidente da NASJE em 2004-2005 e continua trabalhando na associação. Ele é co-autor e co-editor de vários currículos e publicações. Mr. Brunson se juntou ao corpo docente da *National Judicial College* em 1997.



Cherise Burdeen

Sessão 44

Cherise Fanno Burdeen - Diretora Executiva do Pretrial Justice Institute (PJI). Ms. Burdeen dedica-se há quase 20 anos para melhorar as políticas e práticas em de segurança pública todo o país. Depois de obter Bacharelado em Administração Pública pela Universidade de Miami (Ohio) e Mestrado em Justiça Criminal pela Universidade de Indiana, ela iniciou sua carreira no Instituto Nacional de Justiça, do Departamento de Justiça dos EUA. Após o trabalho de campo que incluiu um período na *Safer Foundation* em Chicago, e após os atentados de onze de setembro, no âmbito federal no Departamento de Segurança Interna, Ms. Burdeen se juntou ao PJI. Desde 2006, ela desenvolve estratégias inovadoras para aumentar a conscientização sobre questões de justiça pré-julgamento, acumulou amplo círculo de influência em grupos de stakeholders na área da justiça criminal, forneceu assistência técnica e treinamento sobre as reformas políticas, e se engajou na melhoria da comunicação e do relacionamento com a mídia. Ela possui vasta experiência em planejamento estratégico, gerenciamento de iniciativa e esforços de comunicação em todo o sistema de justiça criminal. Depois de uma seleção nacional em 2013, o Conselho do PJI selecionou Ms. Burdeen como sua Diretora Executiva. Ms. Burdeen também é ex-presidente da National Association of Pretrial Services Agencies.



Helen Burrows

Sessão 04

Helen Burrows é Diretora de Programas Internacionais do Tribunal Federal da Austrália. Advogada, Ms. Burrows tem 15 anos de experiência no projeto, implantação e gerenciamento de iniciativas de desenvolvimento e de reforma judicial em mais de 50 países em toda a Ásia, Pacífico e África. Helen implantou no Tribunal Federal da Austrália o portfólio de programas internacionais de desenvolvimento judicial desde 2004. Durante este tempo, Helen tem trabalhado na melhoria da profundidade e amplitude de relacionamentos do Tribunal,

incluindo a ter contribuído na assinatura primeiro protocolo internacional de entendimento para a reforma judicial com foco em tribunais. A experiência da Helen inclui planejamento estratégico, a colaboração intersetorial, avaliação de necessidades técnicas, elaboração de projetos, direção e gestão de programas, treinamento e monitoramento de desempenho e avaliação. Helen figura como profissional da justiça em New South Wales, Austrália. Ela é Bachelor of Arts, Direito (Hons) da Universidade de Leicester, Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Nottingham e Mestre em Antropologia Aplicada e Desenvolvimento Participativo pela Universidade Nacional da Austrália.



Shibing Cao Sessão 04

Dr. Shibing CAO é vice-presidente da Escola Judicial Nacional da China e juiz sênior do Supremo Tribunal Popular da República Popular da China. Ele obteve seu Doutorado em Direito Civil pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, em 1995.

Foi nomeado para o Supremo Tribunal Popular, em 1998, a após quatro anos foi eleito Juiz Chefe da Divisão Civil No.2 do Tribunal Popular Supremo, em 2002.

Dr. Sibling CAO foi nomeado vice-presidente Escola Judicial Nacional em 2009. Ele está encarregado de Divisão de Treinamento de Juizes, Divisão de Assuntos de Ensino, Divisão de Pesquisas Científicas, Divisão de Tecnologia da Informação e da biblioteca. Professor regular nos cursos em Garantismo, Lei Anti-Monopólio, Direito Contratual e vários outros cursos para juizes em programas de treinamento de juizes, também no nível de doutorado.

Ele é o autor de três livros, dezenas de artigos e co-autor de dois livros.



Amnon Carmi Sessão 24

Amnon Carmi nasceu em Berlim, em 1931. Por longo período foi juiz em Israel (1965-1992). Amnon Carmi ministrou palestras em Direito da Saúde e Ética em várias universidades em Israel e no exterior a partir de 1975. No período 2008-2014, ele foi o decano da Faculdade de Direito do Colégio Acadêmico de Zefat, Israel. Em 1991-2001, ele atuou como presidente da Associação Mundial de Direito Médico. Em 2001, ele foi nomeado titular da Cátedra UNESCO em Bioética. Foi o fundador e o editor-chefe da "Medicina e Direito", uma revista internacional, no período 1980-2010. Em 1984 ele foi apontado como editor-chefe da Biblioteca Internacional Medico-Legal (Springer-Verlag, Heidelberg). Prof. A. Carmi é o autor e editor de mais de quarenta livros. Foi membro do Comitê Consultivo de Peritos da UNESCO para o ensino de ética que produziu o Curriculum UNESCO de Bioética. Foi coordenador das equipes que escreveram os manuais UNESCO sobre benefícios e danos (2011) e sobre a Dignidade Humana e Direitos Humanos (2011). Serviu como o Coordenador do Seminário Europeu da OMS sobre Legislação de Saúde, e no projeto

internacional sobre Direitos dos Pacientes. Foi secretário-geral da Organização Internacional de Formação Judicial - IOJT (2002), presidente do Comitê Acadêmico da IOJT (2011), e vice-presidente da organização (2013). Foi eleito membro do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO (IBC) (2012).



Fernando Cerqueira Sessão 03

O Desembargador Fernando Cerqueira Norberto é Juiz de carreira desde outubro de 1982, e foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco em julho de 2005.

Foi professor e Coordenador Internacional e de cursos de pós-graduação da Escola Superior da Magistratura – ESMape, além de ter exercido a Diretoria-Geral da ESMape e da Diretoria-Geral da Escola Judiciária de Pernambuco- EJUD-PE.

Coordena o Programa de Aperfeiçoamento Judicial com a Universidade Mendoza e o Centro de aperfeiçoamento Saens Peña de Mendoza-Argentina, bem como o programa de Capacitação em Direitos Humanos para Magistrados brasileiros junto à UNICRI, órgão de Treinamento Judicial das Nações Unidas em Turim-Itália, e coordena o programa de Treinamento Judicial para Juizes junto ao Centro Internacional e a Faculdade de Direito e a Suprema Corte do Estado da Geórgia, tendo sido membro do Conselho de Programas Internacionais da Universidade da Geórgia e Professor visitante da mesma universidade.



Maureen Conner Sessão 27

Dra. Maureen E. Conner é professora e diretora do Programa de Administração Judicial e do Projeto JERITT da Universidade Estadual de Michigan (MSU), Faculdade de Justiça Criminal.

Dr.ª Conner juntou-se à MSU em 1991, sendo a responsável pela criação da base de conhecimento fundamental para a educação no Poder Judiciário, que resultou na publicação de numerosas monografias, vários manuais e artigos. Ela também fundou e continua a dirigir o mestrado em ciência e dois programas de certificação em administração judicial onde ela ensina alunos de todo o mundo. Dr.ª Conner é consultada frequentemente por tribunais e outras organizações do meio judicial dentro dos Estados Unidos e internacionalmente. Sua pesquisa e expertise em consultoria reside em mentoring e desenvolvimento profissional; currículo, programas e desenvolvimento integral do corpo docente; avaliação das necessidades e avaliação; capacitação institucional; visioning e planejamento estratégico; e liderança no Poder Judiciário. Antes de seu mandato na MSU, Dr.ª Conner foi gerente do programa de educação para o Instituto Judicial do Supremo Tribunal de Michigan e diretora de educação para o Supremo Tribunal de Illinois, Administrative Office of the Courts. Dr.ª Conner detém

um doutorado em sociologia, um mestrado em administração pública, e um diploma de bacharel em justiça criminal.



B. Paul Cotter Sessão 39

B. Paul "Tony" Cotter, Jr. é membro do Conselho de Administração e Tesoureiro na Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT) há 16 anos. Ele também é há mais de 26 anos Presidente e Diretor do Conselho de Administração do Judiciary Leadership Development Council., com sede em Annandale, Virginia.

'Tony' Cotter é desembargador aposentado, tem graduação na Georgetown University Law Center - Juris Doctor, Direito (1964 - 1967), e na Universidade de Princeton - Bachelor of Arts (BA), Inglês e História.

Na Comissão reguladora Nuclear dos EUA (1980 - 1999), comandou cerca de 78 juízes togados e técnicos (e pessoal de apoio) na resolução de casos de todo o país em matérias de saúde pública, segurança, meio ambiente e penalidades civis.



Benoît Chamouard Sessão 01

Benoît Chamouard é gerente de projetos no departamento internacional da Escola Nacional da Magistratura (ENM, instituição de formação judicial da França). Ele é especialmente encarregado de projetos de apoio às instituições estrangeiras de formação judiciária. Representa a ENM em diferentes redes de cooperação, como REFJ, e colabora com a IOJT em conferências internacionais. Antes de ingressar na ENM, Benoît Chamouard era um juiz civil num tribunal de primeira instância, especializado em lei de imprensa e propriedade intelectual (2008 - 2013). Foi também promotor público adjunto em dois tribunais diferentes (2004 - 2008), especialmente encarregado da execução das sentenças e crimes de tráfico rodoviário. Benoît Chamouard participa de ações de educação judicial desde 2008. Foi professor de direito penal e civil para servidores já nomeados, e supervisor de formação do tribunal de primeira instância de Nanterre (Noroeste de Paris).



Marco Clementino Sessão 02

Marco Bruno Miranda Clementino, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), desde 2003, é atualmente Titular da 6ª Vara e Diretor do Foro na Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Norte (RN), tendo exercido funções de Membro do Tribunal Regional Eleitoral, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federal do Brasil.

Atuou na definição de políticas nacionais relativas aos Juizados Especiais Federais (JEF) e ao processo eletrônico. Na

área do processo eletrônico, era coordenador do sistema CRETA, do TRF5, quando o projeto foi vitorioso no Prêmio Inovare, tendo também integrado o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do CNJ, quando da decisão pela adoção do sistema do TRF5 para expansão nacional.

No tocante à formação de juízes, é atualmente Coordenador Geral do Comitê Técnico de Formação e Pesquisa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e membro de semelhante comitê no Conselho da Justiça Federal (CJF). Além disso, foi diretor do Núcleo da Escola Magistratura Federal no RN e coordenador da prática jurisdicional do curso de formação inicial de magistrados do TRF5, atuando para a concepção de um modelo indicado como referência nacional pela ENFAM.

Mestre e doutor em Direito, é também professor da graduação e do mestrado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários em Natal.



Ribeiro Dantas Sessão 06

Navarro Marcelo Ribeiro Dantas - Membro do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Ribeiro Dantas nasceu em Natal, onde graduou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e seguiu carreira como procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado. Atuou por mais de 12 anos como procurador da República no Rio Grande do Norte antes de chegar a desembargador no TRF5, em dezembro de 2003, corte onde foi diretor da Escola de Magistratura e que presidiu desde abril de 2015 até sua indicação para o STJ. Tem mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ainda é professor dos cursos de graduação e pós-graduação na UFRN e no UNI-RN. O Ministro Ribeiro Dantas é *Regional Deputy President para a América Latina da International Organization for Judicial Training*.



Sarah Dupont Sessão 41

Sarah Dupont é vice-diretora da Escola Nacional da Magistratura (ENM, instituição de formação judicial da França), e chefe do departamento de estágio. Ela é responsável pela coordenação de todo o estágio criado para a formação inicial de juízes e promotores. Ela mobiliza a rede de correspondentes da ENM nos tribunais, e está fortemente envolvida no processo de avaliação da formação inicial. Antes de ser nomeada como chefe do departamento de estágio em 2015, Sarah Dupont era coordenadora de treinamento em matéria penal na ENM (2010 - 2015), especializada em técnicas de acusação, ética e deontologia. Entre 2000 e 2008 foi promotora pública adjunta em vários tribunais de primeira instância, onde se ocupava com a maioria de tipos de casos criminais. Sarah Dupont também colabora nas atividades internacionais da ENM.



Brettel Dawson
Sessão 12

Brettel Dawson, Professora do Instituto Judicial Nacional (NJI) do Canadá, onde foi Diretora de Educação e Diretora Acadêmica. Professora Associada do Departamento de Direito e Estudos Jurídicos da Universidade de Carleton. Em mais de 16 anos de associação com o NJI, Brettel teve papéis de liderança na concepção do currículo, na pedagogia da educação judicial, na integração do contexto social (igualdade e diversidade) e na educação judiciária internacional em apoio à reforma do sistema judicial. Ela trabalha e ensina em Seminários de Desenvolvimento Docente oferecidos pelo NJI aos juízes envolvidos no projeto de educação e instrução judicial. Brettel também tem sido fundamental para o desenvolvimento de uma nova área de NJI, análise curricular sobre a natureza de julgar, desenvolvendo cursos tais como A Arte e o Ofício de Julgar: Os seus anos de calouro, e Bom Senso: Método Judicial e Tomada de Decisão. Ela é a autora de Guias de Educação Judicial do NJI. Ela é detentora de uma LL.B (Hons), da Universidade de Canterbury, na Nova Zelândia e um LL.M. de Osgoode Hall Law School of York University, Toronto, Canadá. Ela está habilitada atuar como advogada junto ao Tribunal Superior da Nova Zelândia desde 1983. Possui dupla cidadania, canadense e da Nova Zelândia, e vive em Chelsea, Quebec.



Cláudio Dell'Orto
Sessão 12

CLÁUDIO DELL'ORTO é desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e diretor da Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros – ENM/AMB. Mestre em Direito Penal e Criminologia, é professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da EMERJ – Escola da Magistratura do Rio de Janeiro. Foi Promotor de Justiça no Rio de Janeiro e advogado do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi presidente da AMAERJ – Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro em dois biênios e vice-presidente da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros.



Manoel Erhardt
Sessão 09

O Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e especialista em Direito pela UFPE. Juiz de Direito no Estado de Pernambuco por curto período (1982), foi Juiz-Auditor Substituto da Justiça-Militar Federal até 1984, quando foi nomeado Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, tendo sido Procurador Regional Eleitoral perante o egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco até 1985. No magistério, foi professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Olinda, da Universidade Católica de Pernambuco, da Escola Superior da Magistratura e da Faculdade de Direito da UFPE. Atualmente é

Desembargador Federal do TRF5ª Região, compondo a 1ª Turma, Professor-auxiliar de Direito Administrativo na Universidade Federal de Pernambuco, Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região e Desembargador-Eleitoral do TRE-PE.



John Erlick
Sessão 22

Juiz John Erlick foi eleito pela primeira vez para a *King County Superior Court*, em setembro de 2000 e está atualmente no Comitê Executivo da Corte Superior. Anteriormente, atuou como Juiz Civil Chefe da *King County Superior Court* e agora preside julgamentos e audiências penais juvenis. Ele representa o judiciário na Comissão Estadual de Conduta Judicial, é membro da Comissão de Educação da SCJA, e foi presidente da Comissão de Ética da *Superior Court Judges' Association* (SCJA) de 2005 a 2014.

O Juiz Erlick foi o decano da Faculdade Estadual Judiciária de Washington (2014-15). Ele se dedica à formação e ensino dos juízes e profissionais do direito em ética legal. Desde 2007, tem sido professor adjunto em responsabilidade profissional e no programa de estágio judicial da Faculdade de Direito da Universidade de Seattle, onde recebeu o Prêmio *Outstanding Adjunct Faculty Award* em 2011. Ele também é um graduado do programa de formação em direito internacional no Centro de Estudos Jurídicos Internacionais (CILS), em Salzburgo, na Áustria, e atua como professor visitante na Universidade Federal do Extremo Oriente, em Vladivostok, na Rússia, e é membro do Comitê Acadêmico da Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT). Ele também atuou como *coach* e instrutor em inúmeros julgamentos simulados e competições de simulações judiciais. Ele é consultor editor do *Washington Trial and Post-Trial Civil Procedure* (Lexis-Nexis). Antes de sua eleição em 2000, ele atuou na prática privada, concentrando-se na defesa de casos de responsabilidade profissional.

O Juiz Erlick é graduado pela Universidade de Harvard em Cambridge, Massachusetts, com honras, e pelo Centro de Direito da Universidade Georgetown também com honras. Ele é graduado do programa jurisdição geral do National Judicial College.



José Ferreira

O Ministro Doutor José Coêlho Ferreira tomou posse no plenário do Superior Tribunal Militar em 2001.

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UNB) e advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exerceu diversos cargos públicos, tendo sido Assistente Jurídico do antigo Departamento Federal do

Serviço Público (DASP) e Procurador do Banco Central do Brasil por 25 anos, tendo exercido o cargo de Procurador-Geral de 1995 a 2001.

Possui diversos cursos jurídicos de extensão e aperfeiçoamento, nacionais e internacionais; participou de variados conclaves, inclusive como palestrante, no país e no exterior, possuindo trabalhos publicados na área jurídica.

Exerce, desde 2011, o cargo de Coordenador-Geral do Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (CEJUM) - órgão que funciona como Escola Nacional de Magistratura desta Justiça

especializada. Foi Vice-Presidente desta Corte, no biênio 2007-2009, tendo assumido a presidência, no período de 15 a 29 de fevereiro de 2008. Foi membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para Juiz-Auditor Substituto da Justiça Militar da União 2004-2006 e Presidente de Comissão similar em 2012-2015; foi membro das Comissões de Jurisprudência e de Regimento Interno, da qual foi Presidente, e Vice-Presidente do Conselho de Administração; entre outras comissões.

É membro da Société Internationale de Droit Militaire et de Droit de la Guerre, sediada em Bruxelas.



Luiz Carlos Figueiredo Sessão 20

Luiz Carlos de Barros Figueiredo, é pernambucano, nascido em 1952. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1975. Foi advogado militante, a partir de 1977, até o ingresso na magistratura. Juiz de Direito a partir de 1982, tendo exercido a judicatura em diversas cidades do interior. Na Capital, a partir de 1989, tornou-se Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude, em julho de 1992. Já lecionou nas Faculdades de Direito de Olinda e de Recife. Professor da cadeira Direito da Criança e do Adolescente na Escola Superior de Magistratura do Estado de Pernambuco, onde também lecionou Processo Civil. Pós-graduado, com especialização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito do Recife, coordena a Comissão Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, de apoio à Frente Parlamentar da Adoção. É autor de vários livros publicados e diversos artigos além de prêmios e distinções. Tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco no ano de 2005. Foi eleito membro da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 23 de julho de 2012, para um mandato de dois anos.



Vladimir Freitas Sessão 14

VLADIMIR PASSOS DE FREITAS é licenciado em Direito pela Faculdade Católica de Direito de Santos (1968), mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1989 e 1999) e pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), na área de Saúde Pública. Foi Promotor de Justiça durante 10 anos e Juiz Federal por 26 anos, tendo exercido a presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Aposentado do cargo de Desembargador Federal em 2006, atualmente é professor de Direito Ambiental da graduação e da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, membro do Grupo de Especialistas em Judiciário da International Union For Conservation Of Nature, conferecista internacional na área do Direito Ambiental e em Política Judiciária e Administração da Justiça, sendo fundador do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judicial - IBRAJUS e presidente eleito da

"International Association for Courts Administration - IACA" (USA). Membro da "Associação de Professores de Direito Ambiental - APRODAB", Brasil, e da "Asociacion Internacional de profesores de Derecho Ambiental", Peru. Doutor "Honoris Causa em Humanidades", outorgado pela Universidad Paulo Freire, Manágua, Nicarágua. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros.



Jenny Green Sessão 34 Sessão 40

Ms. Jenny Green (BA em Estudos Modernos da Ásia, Grad. Dip. TESOL, Mestre em Educação de Adultos, Pós-Graduada pelo *Australian Institute of Company Directors*) é a Diretora Acadêmica do *National Judicial College* da Austrália (NJCA). Sua atividade inclui aconselhamento a comitês de planejamento no desenvolvimento e execução de programas judiciais presenciais e online, e revisão dos programas existentes para garantir a aplicação das melhores práticas de aprendizagem de adultos. Jenny também atua no programa Facilitação de Competências do NJCA voltado a servidores do judiciário.

Jenny tem uma vasta experiência nas áreas de facilitação, desenvolvimento e execução de programas e em planejamento estratégico. Ela foi Consultora Sênior em Educação na Universidade de Tecnologia de Sydney por 18 anos, e lecionou na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Durante esse tempo, Jenny também trabalhou em consultoria na aprendizagem e desenvolvimento profissionais, com organizações públicas e privadas na Austrália, Sudeste Asiático e no Oriente Médio. Jenny é Conselheira Independente na cidade de Sydney, tendo sido eleita em 2012 para um mandato de quatro anos. Também é diretora do conselho de *Tradewinds*, organização de comércio justo sem fins lucrativos, e diretora do Conselho da Fundação Comunidade de Sydney, que incentiva o investimento em projetos filantrópicos na cidade.



Sheridan Greenland Sessão 03 Sessão 07

Sheridan Greenland, OBE é diretora executiva da Academia Judicial do Reino Unido. Ela assessora o Lorde Presidente do Poder Judiciário (*Lord Chief Justice*) e os Presidentes de Tribunais em suas responsabilidades institucionais na formação judiciária na Inglaterra e no País de Gales, bem como para alguns tribunais na Escócia e na Irlanda do Norte. Depois de se qualificar como advogada, Sheridan entrou para o *Magistrates Courts Service*, em 1984, inicialmente como consultora jurídica.

Em 1998, passou a atuar como servidora em apoio aos juízes. Em 1999 foi nomeada Gestora Chefe do Judiciário em Surrey e recebeu a Ordem do Império Britânico (OBE) por seus serviços para o *Magistrates' Courts Justice Service*. Em 2005, foi nomeada Diretora da Área de Família em Londres, desenvolvendo tarefas da Política para as Famílias junto Ministério da Justiça do Reino Unido. Em 2009 ela foi nomeada Chefe do Gabinete de Reclamações Judiciais e em 2011 tornou-se Diretora Executiva do Colégio Judicial.



M. Gur-Arie

Sessão 16

Mira Gur-Arie é diretora do Gabinete de Relações Judiciais Internacionais Centro Judiciário Federal em Washington, DC. O Centro Judiciário Federal (*Federal Judicial Center*) é a agência de educação e pesquisa para os tribunais federais dos Estados Unidos. Além de supervisionar o trabalho do Centro junto aos Judiciários estrangeiros, Ms. Gur-Arie desenvolve programas educacionais para juízes estrangeiros e funcionários judiciais, nos Estados Unidos e no exterior, sobre uma série de temas, incluindo a reforma judicial, a educação judicial, administração judiciária, e ética judicial. Ela também supervisiona o Programa de Intercâmbio Judicial estrangeiro do Centro e é a pessoa de ligação com o *United States Judicial Conference Committee on International Judicial Relations*, agências governamentais e organizações internacionais que atuam no campo legal.



Foo Hock

Sessão 03

O Sr. Foo iniciou no Serviço Jurídico de Singapura em 1984 e tem experiência de mais de 25 anos no ramo judicial do Serviço Jurídico, recebendo várias nomeações nos Tribunais então subordinados (como magistrado e juiz distrital) e no Supremo Tribunal. O Sr. Foo foi nomeado secretário assistente adjunto da Suprema Corte de 1985 a 1989. Ele foi nomeado secretário adjunto do Supremo Tribunal em 2001 e assumiu o papel de secretário em 2009. Ele também ocupou o cargo de secretário da Comissão de Recurso (Aquisição de Terra) e Diretor Adjunto no Escritório de Assistência Judiciária. O Sr. Foo obteve seu Bacharelado em Direito pela Universidade Nacional de Singapura em 1984 e recebeu seu Mestrado em Direito pelo Queen's College da Universidade de Cambridge em 1989.

Foo foi nomeado Decano do Colégio Judicial de Singapura em Novembro de 2014, e membro do Conselho de Administração, em janeiro de 2015. Ele foi nomeado Comissário Judicial do Supremo Tribunal de Singapura, em abril de 2015.



Rainer Hornung

Sessão 19 | Sessão 32 | Sessão 41

Dr. Rainer Hornung entrou na magistratura do Estado de Baden-Württemberg (Alemanha) em 2001. Ele cursou instituições jurídicas em Passau, Toulouse, e Freiburg de 1990 a 1995, e escreveu sua tese de doutorado de 1995 a 1997. Cumpriu então um estágio no Tribunal Distrital em Baden-Baden de 1997 a 1999.

De 2001 a 2004, o Dr. Hornung trabalhou como procurador nas Unidades do escritório do Ministério Público do Distrito de Freiburg para Trânsito Rodoviário e Crime Econômico, atuando como juiz em causas civis e criminais no Tribunal local de Titisee-Neustadt, e como juiz da execução penal no Tribunal Distrital de Freiburg. De 2004 a 2008, ele foi destacado para o Departamento

de Educação e Formação Judiciária do Ministério da Justiça do estado de Baden-Württemberg (Stuttgart). Depois de mais um período destacado para o Gabinete do Procurador-Geral em Karlsruhe, tornou-se Vice-Chefe da Unidade de Crime Econômico Gabinete do Ministério Público do Distrito de Freiburg em 2009. A partir de meados de 2011 a meados de 2015, ele atuou como Diretor da Academia Judicial alemã em Trier (Renânia-Palatinado) e Wustrau (Brandenburg).

Desde Junho de 2015, Dr Hornung vem servindo como Vice-Procurador-Geral do Ministério Público em Lörrach, onde também é o responsável por temas Anti-corrupção. Ele é membro do Comitê Executivo da IOJT, bem como do Grupo de Trabalho "Métodos de Formação Judiciária" da Rede Europeia de Formação Judiciária REFJ. É também um dos especialistas da Alemanha no GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção) no âmbito do Conselho da União Européia.

Peter Jamadar

Sessão 26



O Juiz Peter Jamadar foi admitido na Ordem dos Advogados da República de Trinidad e Tobago em 1984 e nomeado um juiz *puisne* da Suprema Corte, em setembro de 1997. Ele foi promovido ao Tribunal de Recurso em outubro de 2008.

O Juiz Jamadar obteve seu Bacharelado em Direito na Universidade das Índias Ocidentais, graduando-se em 1982. Em seguida, se formou na Escola de Direito de Hugh Wooding, Trinidad, em 1984. Jamadar posteriormente completou seu mestrado em *Divinity* pela Faculdade de Teologia da Universidade de Toronto, graduando-se em 1997. Ele é membro do Instituto de Educação Judicial da Commonwealth (2004). Ele também é certificado Psicólogo Transpessoal (2007) e é Conciliador e Mediador certificado (2011).

Juiz Jamadar começou sua carreira jurídica na prática privada como advogado. É autor de dois livros: *The Mechanics of Democracy: Proportional Representation vs. First-past-the-Post* (1989) e *Democracia e Reforma da Constituição em Trinidad e Tobago* (2008, em conjunto com Dr. Kirk Meighoo). O Juiz Jamadar também serve nos conselhos de organizações sem fins lucrativos. Ele é o Presidente do Conselho de Administração da Faculdade Teológica de Santo André e Diretor do conselho de administração da Fundação para o Desenvolvimento Humano.



Giuseppe Janino

Sessão 10

Giuseppe Dutra Janino é Gestor em Tecnologia da Informação. Membro do Project Management Institute (PMI) EUA e do PMI Chapter Distrito Federal/Brasil. Coautor do Projeto da Urna Eletrônica do Sistema Eleitoral Brasileiro.

Project Management Professional (PMP); MBA Executivo em Tecnologia da Informação pela TWA/Universidade Estácio de Sá – RJ; pós-graduado em Análise de Sistemas e Redes de

Computadores pela Universidade Católica de Brasília (UCB); graduado em Matemática pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Atualmente, atua como membro do Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário; membro da Comunidade da Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle do Governo Federal; professor da Pós-Graduação do Centro Universitário do Distrito Federal (UNIDF); Ex-Presidente e membro do Conselho Consultivo do PMI Chapter Distrito Federal/Brasil e Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral.Court.



Rosa Jansen
Sessão 31

Rosa Jansen estudou Direito Holandês da Universidade de Leiden, com especialização em direito empresarial. Ela também completou seu MPA (Mestrado em Administração Pública) na escola holandesa de Administração Pública, em Haia, na

Holanda, e na Universidade Simon Fraser, em Vancouver, no Canadá. Depois de iniciar sua carreira na Dutch Broadcasting Union em Hilversum, foi nomeada para um estágio judicial. Ela trabalhou mais tarde como advogada em Amsterdã, e como juíza vice-presidente nos tribunais de Arnhem, Haia, Amsterdã e Utrecht, respectivamente Tribunal Civil, Tribunal administrativo, Tribunal de Família e Tribunal Criminal. De 2002 a 2008 foi presidente da divisão e membro do Conselho Penal, no posto de coordenação, vice-presidente e presidente em exercício no Tribunal em Utrecht.

Desde 2008 é presidente do Conselho de Administração da SSR, o Instituto de Formação holandês para o Judiciário, em Utrecht. Rosa Jansen faz parte do Comitê Director da Rede Europeia de Formação Judiciária (EJTN), que engloba 28 países, e Presidente do Grupo de Trabalho sobre Métodos de Treinamento Judicial da EJTN. Além de seu trabalho para SSR ela também atua a nível internacional, e também é membro do Grupo consultivo para a Formação Judiciária Europeia da Comissão Europeia.

Além de ter várias publicações na área de liderança, inovação, Direito Penal e administração judiciária, ela também é membro do Conselho de Curadores do Hospital Diakonessenhuis em Utrecht, Zeist e Doorn.



Kent Jardine
Sessão 26

Kent Jardine foi nomeado Educador Judicial do *The Judicial Education Institute* (TTJEI) em dezembro de 2012. Ele obteve seu bacharelado em Literatura e História pela Universidade das Índias Ocidentais em 1981

e, enquanto trabalhava no seu doutorado (*M. Phil*) em História do Caribe, começou a lecionar como professor assistente na Escola Fundamental Matelot R. C., em 1985. Após a criação do *The Matelot Community School*, um projeto piloto em base comunitária de educação rural, o Sr. Jardine voltou à vida urbana como professor em sua alma mater *St. Mary's College* no período 1987-

1997, e acabou retornando para a escola Matelot por dez anos até 2007, atuando ocasionalmente como Diretor. Ele aposentou-se prematuramente da atividade docente em 2009, passando para o British Council para gerir o Programa Global de Parceria Escolar para o Reino Unido.



Adèle Kent
Plenária 01
Sessão 03
Sessão 29

A Juíza Adèle Kent nasceu e cresceu em Calgary, Alberta. Depois de completar seus estudos em ciência política, ela frequentou a escola de direito da Universidade de Alberta, graduando-se com um LLB em 1977. Ela foi admitida na Ordem dos Advogados de Alberta em 1978, tendo exercido a advocacia em Edmonton e, em seguida, em Calgary, concentrando sua prática nestes últimos anos no direito à saúde e no contencioso imobiliário.

A Juíza Kent foi nomeada para o *Court of Queen's Bench of Alberta*, em fevereiro de 1994. Ela também foi membro do Comitê de Informação Pública do Conselho Judicial do Canadá e do Comitê Consultivo Nacional de Ética Judicial, primeiro como membro e depois como vice-diretora. Em agosto de 2014, Adèle Kent foi nomeada Diretora Executiva do Instituto Nacional de Justiça (NJI). Antes da sua nomeação, ela trabalhou em vários cursos do NJI sobre ética judicial e direito civil. Ela também colaborou com o Judiciário de outros países na concepção de cursos de educação judicial. Em 2005, ela publicou o livro intitulado *Ética Médica: o Estado de Direito*.



A.Kobo
Sessão 42

O Juiz Ami Kobo é Vice-Presidente do Tribunal de Magistrados em Ramla, Israel. Nascido em 1973, ele é graduado *summa cum laude* em direito (LL.B) pela Universidade Hebraica de Jerusalém (1998), tendo se filiado à ordem dos advogados em 1999. Obteve seu grau Master of Law (LL.M), pela mesma Universidade Hebraica de Jerusalém em 1999. D

e 1999 a 2008 atuou como advogado de defesa na Assistência Judiciária nacional de Israel, sendo que entre 2005 e 2008 ele foi vice-defensor público nacional. No período 1999-2003, atuou como professor adjunto e professor assistente na Universidade de Bar-Ilan. Entre 2003 e 2007, ele foi vice-presidente da Ordem dos Advogados Criminais. Desde 2003 é Professor Adjunto do The College of Management, da Faculdade de Direito.

Em julho de 2008 ele foi nomeado juiz para os tribunais no Distrito Central, e em 2009 obteve seu doutorado (Ph.D), pela Faculdade de Direito da Universidade de Tel Aviv. Desde 2011 atua como membro do conselho do Aozm't Centre, que é um instituto para a formação de servidores do judiciário.

Em julho 2014, foi nomeado vice-presidente da corte do Distrito Central.



Acacia Kuenzer

Sessão 42

Acácia Zeneida Kuenzer, pesquisadora sênior, é graduada em Pedagogia, Mestre em Administração e Sistemas Educacionais e Doutora em Educação, pela PUC/SP (1984). É pesquisadora nível 1ª do CnPq. É Professora

Titular aposentada da Universidade Federal do Paraná e Professora Permanente do Programa de Doutorado em Diversidade e Inclusão Social da Universidade Feevale em Novo Hamburgo/RS. Sua área de investigação é a Pedagogia do Trabalho, tendo vasta produção acadêmica derivada de pesquisas de campo em plantas produtivas com a finalidade de investigar como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho impactam os processos de educação dos trabalhadores. A pesquisadora tem prestado assessoria à Educação Judiciária, que atualmente se realiza em trabalhos junto às Escolas Judiciais e da Magistratura vinculadas à ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e aos Tribunais Regionais do Trabalho. Nesta área, orienta a elaboração de projetos pedagógicos, construção de itinerários formativos e aplicação de metodologias ativas.



Melissa Lefas

Sessão 32

Melissa Lefas é analista sênior e consultora de programas jurídicos do *Global Center*. Ela é responsável pela programação do *Global Center* em direito penal e do suporte ao Estado de Direito, com foco no apoio aos Judiciários no desenvolvimento

de melhores estratégias para lidar com temas complexos do direito penal que tenham potencial para evoluírem até se tornarem ameaças à segurança. Anteriormente, ela aplicou sua larga experiência jurídica internacional em direitos humanos e imigração em regiões politicamente instáveis e em situações pós-conflito, no leste da África e Haiti, trabalhando para uma série de instituições, incluindo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Além disso, ela propiciou um programa de desenvolvimento para o Engenheiros Sem Fronteiras, na África ocidental e do sul. Ela é bacharel em engenharia civil e ambiental na Universidade McGill e um *Juris Doctor* pela Cardozo School of Law (NY). Ela é mediadora da paz certificada pelo New York Institute.



Shlomo Levin

Plenária 2

O Juiz Shlomo Levin é professor de Direito do Instituto Superior de Direito e Economia de Israel desde 1958, da Faculdade de Direito da Universidade de Tel Aviv e da Faculdade de Direito da Universidade Hebraica de Jerusalém.

Também lecionou na Faculdade de Administração em Rishon Letzion. As disciplinas que ensinou incluem Processo Civil, Lei de Falências, Leis de Enriquecimento Ilícito e Direito Constitucional. Atuou em vários comitês profissionais tais como Presidente da Comissão Pública para a Proposta de Lei de Reabilitação Corporativa.

Autor de um livro sobre as leis de falência e um livro intitulado *A Lei para todos*. Ele também é o autor do livro *A Teoria do Processo Civil - Introdução e Princípios Básicos* (primeira edição de 1999 e segunda edição de 2008), e um outro livro sobre

Processo Civil (2003). As últimas três edições do livro em Processo Civil foram editadas pelo ex-presidente da Suprema Corte, o falecido Y. Zusman.

Atualmente dirige o Instituto de Formação Judicial para juízes em Israel. Entre 2002 e 2011 atuou como presidente da Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT).



Renata Lotufo

Sessão 25

Renata Andrade Lotufo é juíza federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde dezembro de 1996. Atualmente é juíza titular da 4ª

Vara Criminal Federal de São Paulo, Capital e convocada desde fevereiro de 2015 como juíza auxiliar junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Em seu tribunal de origem já trabalhou em todas as áreas do direito (Varas criminal, cumulativa, cível, previdenciária, de execuções fiscais, juzado especial, turma recursal e turma nacional de uniformização). Também já substituiu no TRF e tem considerável experiência administrativa, pois já foi Diretora e Vice-Diretora do Foro do Estado de São Paulo e coordenadora dos fóruns de Guarulhos, Execuções Fiscais e Criminal. Auxiliou de forma intensa a Escola de Magistrados da 3ª Região em cursos de aperfeiçoamento e cursos de formação inicial de magistrados, e atualmente é juíza formadora da ENFAM (Escola Nacional de Formação de Magistrados).

Especialista e mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-graduação em Direitos Fundamentais pelo IBCCrim e pela Universidade de Coimbra.



M. Lokur

Sessão 26

Madan Bhimrao Lokur é o presidente (Chief Justice) do Supremo Tribunal da Índia, e é formado em História (Hons.) pela Faculdade de Santo Estêvão da Universidade de Deli (1974), tendo também obtido o bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Deli, em 1977. Inscrito como advogado em 1977, com atuação no Supremo Tribunal da Índia e na Alta Corte de Deli. Em 1981 se qualificou no exame e se matriculou como advogado registrado no Supremo Tribunal Federal da Índia. Tem uma vasta experiência em Matéria Civil, Penal, Constitucional, Direito Tributário e Administrativo. Foi nomeado como membro Junior do Conselho Tributário Permanente do Departamento da Receita em 1981. Membro do Conselho Tributário Permanente do Governo Central, de 1990 a 1996. Foi designado advogado sênior em fevereiro de 1997. Em 1998 foi nomeado como Procurador Geral Adjunto da Índia, tendo continuado no cargo até ser nomeado como juiz auxiliar do Tribunal Superior de Deli em 1999 e juiz titular do mesmo tribunal ainda no mesmo ano. Atuou como presidente interino do Tribunal Superior de Deli, de fevereiro a maio de 2010, como Presidente do Tribunal Superior de Gauhati de junho de 2010 a novembro de 2011 e Presidente do Tribunal Superior de Andhra Pradesh de novembro de 2011 a junho de 2012, até sua promoção ao Supremo Tribunal de Justiça (junho de 2012). Tem interesse nos temas de reforma judicial, informatização dos tribunais, educação judicial, assistência e serviços jurídicos e justiça da criança e adolescente. Membro do Comitê do Supremo Tribunal da Índia para o Projeto de Mediação e Conciliação desde a sua criação em 2005. É o juiz encarregado do Comitê de Informática do Supremo Tribunal da Índia.



Aleksandra Luzhina

Sessão 01

Aleksandra Luzhina, nascida em 1979 em Potsdam, Alemanha, mas de nacionalidade russa, diplomada em Direito e docente universitária, participa dos programas de formação continuada de juízes e seus assessores junto à Academia Judicial russa, especialmente nos campos de direito civil, direitos reais e direito de propriedade.



Erick Martinville

Sessão 11

Sessão 36

Erick Martinville é coordenador de treinamento na Escola Nacional da Magistratura (ENM), instituição de formação judicial da França. Ele é membro da equipe do departamento de estágio em serviço, especialmente no comando dos cursos de formação dedicados à gestão judicial. Antes iniciar na ENM em 2013, ele era ao mesmo tempo um juiz civil e criminal em diferentes tribunais de primeira instância (2005 - 2013). Erick Martinville trabalha em educação judiciária desde 1997, e possui Doutorado em Direito imobiliário (2002). Foi professor na Universidade de Toulouse de 1997 a 2002. Também foi coordenador de treinamento do tribunal de primeira instância de Annecy (sudeste da França), entre 2010 e 2013. Atua ainda nas atividades internacionais da ENM, e fez vários trabalhos em diferentes países sobre diversos temas, tais como a criação de programas de formação contínua, formação de formadores e avaliação dos estágios de uma instituição de formação judicial. É também conferencista internacional no tema da formação em gestão judiciária.



Siobhan McGrath

Sessão 13

Sessão 41

A Juíza Siobhan McGrath é a presidente do Tribunal de Entrância (Câmara de Direito de Propriedade) no Reino Unido. Como presidente, ela é responsável pela formação, avaliação e gestão dos cerca de 300 juízes e servidores da corte. Sua Câmara lida com cerca de 10.000 casos por ano. De 2003 a 2010, foi membro do Comitê dos Tribunais do Conselho de Estudos Judiciários do Reino Unido.

Antes de se tornar juíza, Siobhan era advogada especializada em Habitação, Senhorio e lei do inquilinato. Ela é editora de uma série de publicações no Reino Unido, incluindo a Enciclopédia da Habitação e dos Relatórios sobre a Lei da Habitação, e por três anos foi professora em tempo parcial nas disciplinas Lei da Habitação e Sistema Jurídico Inglês na Escola de Economia de Londres.



Janine Mcintosh

Sessão 02

Janine MCINTOSH atua no Instituto de Estudos Judiciários (IJS) desde 2008, inicialmente como Consultora de Educação e Desenvolvimento, tendo chegado a Diretora do Instituto a partir de 2012. Ela trabalha com o Conselho IJS em parceria com o Judiciário, na implementação e execução das diretrizes estratégicas do Instituto para a educação judicial na Nova Zelândia. Entre 2001 e 2008, ela foi consultora sênior em Educação e Desenvolvimento, e líder da equipe de educação jurídica e desenvolvimento estratégico da Unidade de Políticas e Desenvolvimento Estratégico da *Legal Services Agency (LSA)*. Ela desenvolveu e implementou a estratégia da LSA em informação e educação jurídica e liderou uma série de iniciativas, incluindo o LawAccess, website da informação jurídica, bem como o desenvolvimento e entrega de kits de formação em diferentes áreas do direito. Antes, a Senhora McIntosh trabalhou na educação e no setor dos serviços sociais da comunidade. Ela é graduada pela Universidade de Otago e pela Victoria University of Wellington com um LLB, BA em Psicologia, e possui pós-graduação em ensino.



Mary McQueen

Plenária 02

Sessão 19 | Sessão 24

Mary Campbell McQueen tem atuado como presidente do Centro Nacional de Tribunais Estaduais (NCSC) dos Estados Unidos desde agosto de 2004. Antes dessa posição era administradora do Washington State Tribunal (1987-2004) e diretora dos Serviços Judiciários para o Gabinete do Administrador para os Tribunais do Estado de Washington (1979 -1987). McQueen serviu como presidente do Conselho dos Administradores de Tribunais Estaduais, em 1995-96, e é ex-presidente da Ordem dos Advogados americana (American Bar Association) / Divisão de Administração Judiciária. Ela é membro da Ordem dos Advogados junto à Suprema Corte dos Estados Unidos e da Ordem dos Advogados do Estado de Washington. Ela recebeu o Prêmio Herbert Harley da *American Judicature Society* em 2004 e o Prêmio John Marshall, da *American Bar Association Judicial Division* em 2014. McQueen participou do programa para executivos seniores do governo estadual e local, na *John F. Kennedy School of Government* da *Harvard University*. Ela detém um bacharelado (BA) na Universidade da Geórgia e um Juris Doctor na Seattle University Law School.



John R. Meeks

Sessão 34

John R. Meeks é o vice-presidente do Instituto de Gestão Judiciária no Centro Nacional de Tribunais Estaduais (NCSC) dos Estados Unidos. Ele foi Diretor do Colégio Judicial da Suprema Corte de Ohio de 1996 a 2006, e advogado sênior na *Supreme Court of Florida Office of the State Court Administrator* entre 1989 e 1996. É membro da

Ordem dos Advogados da Flórida, tendo exercido a advocacia em Pensacola, Flórida, entre 1985 e 1989. Meeks é ex-presidente da Associação Nacional de Educadores Judiciais Estaduais (2006-2007), onde também foi presidente eleito, Vice-Presidente, Diretor Regional para o Centro-Oeste, Presidente das Comissões de Educação e do Estatuto Social, e membro de vários comitês, incluindo o Comitê de Mentor. Meeks é palestrante frequente em programas de educação judicial estaduais e nacionais, nos temas de educação de adultos, desenvolvimento do corpo docente, desenvolvimento curricular, e o Myers-Briggs Type Indicator, o qual está qualificado para administrar.



Muhammad Amir Munir

Plenária 01
Sessão 37

O juiz Muhammad Amir Munir possui os graus LLB e LLM da Universidade de Punjab. Atualmente, ele é doutorando na IIU, Islamabad. Têm publicado amplamente em diferentes temas de direito e desenvolvimento. Já participou de conferências nacionais e internacionais e apresentou trabalhos como orador. Seu interesse reside na lei e na tecnologia da informação; litígios de interesse público; jurisprudência terapêutica; nomeações judiciais e educação judicial. Ele participou do Programa Intensivo de Estudos do Instituto Commonwealth de Educação Judicial (CJEI), Halifax, Canadá (Junho de 2008) e foi premiado com a sua associação ao instituto. Iniciando na magistratura em 2000, atuou como Juiz Civil, Magistrado togado, Juiz Civil Sênior em diferentes distritos de Punjab e Islamabad. Atualmente, atua como juiz distrital e em sessões adicionais desde abril de 2015, no distrito de Jhelum. Ele também atuou como diretor acadêmico adjunto da Academia Judicial Federal, Islamabad (2006-2009). Em 2012, ele foi selecionado como o primeiro Diretor de Pesquisa no Centro de Pesquisa do recém-criado Tribunal Superior de Lahore, tendo ali atuado por mais de dois anos. Ele foi nomeado para a Academia Judicial do Punjab, onde atuou como instrutor sênior (2014-2015).



João Noronha

Sessão 03

João Otávio de Noronha, Especialista em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de dezembro de 2002. Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral desde 1º de outubro de 2013. Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral. Professor de Direito Civil e de Direito Processual Civil do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, desde 2003. Professor da Escola Superior de Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Professor de Pós-graduação do UNICEUB.



Joel Ngugi

Sessão 32

Joel Ngugi é juiz do Tribunal Superior do Quênia. Tendo atuado como professor premiado na Faculdade de Direito da Universidade de Washington, ele retornou ao Quênia após sua nomeação como juiz do Supremo Tribunal em agosto de 2011. Graduado em direito pela Universidade de Nairobi, possui mestrado e doutorado graus pela Harvard University. Atuou como advogado no Quênia e nos Estados Unidos (Massachusetts). Ele foi nomeado chefe do Judiciary Transformation Framework (JTF), encarregado do papel de liderança na implementação da JTF, coordenando atividades de transformação judicial nos tribunais, antecipando e executando as estratégias para a mudança dentro do sistema judiciário do Quênia. O Juiz Ngugi atualmente atua como diretor do Instituto de Formação Judiciária. Ele também representa o Poder Judiciário no Conselho de Educação Legal, órgão regulador do ensino jurídico no Quênia.



David Nuffer

Sessão 16

David Nuffer foi nomeado juiz distrital dos Estados Unidos para o Distrito de Utah em março 2012, depois de servir desde 1995 como Juiz togado dos Estados Unidos. Atua no Comitê Consultivo para Formação em TI do Federal Judicial Center. Nuffer ensina resolução alternativa de litígios no J. Reuben Clark Law School da Universidade Brigham Young. Exerceu a advocacia durante 25 anos em St. George, Utah, depois de se graduar na J. Reuben Clark Law School na Universidade Brigham Young. Durante seus anos como advogado, foi membro e Presidente da Comissão de Conduta Judicial do Estado de Utah e comissário e presidente da ordem dos advogados do Estado de Utah.

É palestrante frequente em temas de tecnologia e questões legais, tendo falado a juizes, advogados e estudantes de Direito no Brasil e na República Checa, e nos temas de Estado de Direito e Trabalho em Abu Dhabi, Bahrain, Sharjah, Egito e Ucrânia. Foi professor de advogados do Irã em Antalya, e Istanbul, Turquia. Ele tem ensinado junto ao Instituto Leavitt para professores e estudantes de direito na Ucrânia e é co-editor do currículo do Instituto Leavitt 'Fundamentos de uma Sociedade Livre', um curso enfatizando a ética, a cidadania e a prática da democracia.



Giovanni Olsson

Sessão 11

Sessão 26

Giovanni Olsson é pesquisador e professor experiente em Metodologia do Ensino e da Ciência, Educação Profissional, Globalização, Saber e Poder. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, Especialista, Mestre e Doutor (Direito/RI). Juiz Titular de Vara do Trabalho (12ª Região). Membro do Conselho Consultivo, Assessor do Diretor e Coordenador Acadêmico dos cursos de formação da ENAMAT (Brasil).



Andréa Paiva

Sessão 20

Andréa França de Paiva é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, na área de Serviço Social, membro da equipe inter profissional e de entrevistadores de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência da Central de Depoimento Acolhedor do TJPE, especialista em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade de Filosofia do Recife - Fafire, Especialista em Arteterapia pela Faculdade Integradas da Vitória de Santo Antão – Faitinvisa, capacitada em Técnica de Entrevista Investigativa de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - TJPE.



Renato Paiva

O Ministro Renato de Lacerda Paiva, do Tribunal Superior do Trabalho, ingressou em 1983, na magistratura do trabalho, como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado em São Paulo. Antes de sua nomeação para Juiz do Trabalho Substituto, o Ministro Renato Paiva foi advogado, no período de 1971 a 1983. Foi Diretor da Escola Judicial de Magistrados do Trabalho da 2.ª Região. Nomeado Ministro do TST em 2002 e permanece no exercício do cargo. Na qualidade de Ministro do TST, foi Presidente da Comissão de Jurisprudência, de 2014 a 2015; integrou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho no período de 30/4/2010 a 30/4/2015; e foi membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, nos biênios 2007/2009 e 2009/2011.

Eleito pelo Tribunal Pleno do TST, é Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, desde fevereiro de 2015, com mandato a encerrar em fevereiro de 2016.



Alexandre Pimentel

Sessão 10

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco; é Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; Pós-doutor pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha); Professor Adjunto de direito processual civil da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco (graduação, especialização e mestrado); Coordenador dos cursos internacionais da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco; Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo Civil; Ex-Promotor de Justiça de Pernambuco.



Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães

Sessão 13

Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães é Desembargador. Mestre em Hermenêutica e Direitos Fundamentais. Professor de

Introdução ao Direito, conselheiro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Superior Tribunal de Justiça (ENFAM-STJ) e do Colégio Permanente de Escolas da Magistratura Estadual; Vice-diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura ENM-AMB. Membro efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado. Autor de livros e artigos jurídicos.



Wojciech Postulski

Sessão 19

Sessão 41

Wojciech Postulski é juiz do tribunal civil na Polônia, tendo sido nomeado juiz em 2005.

Desde fevereiro de 2007 foi destacado para a Escola Nacional de Magistratura e do Ministério Público da Polônia como chefe do Departamento de Cooperação Internacional, sendo responsável pelas relações internacionais, projetos de formação em Direito da União Européia (UE) e pela gestão dos projetos co-financiados pela UE. Desde março 2014 ele é secretário-geral da Rede Europeia de Formação Judiciária REFJ, Bruxelas.

Atuou frequentemente como perito do Conselho da Europa e da Comissão Europeia no âmbito dos projetos de melhoria das reformas judiciais e de formação judicial, particularmente dirigidos aos países da Europa Oriental.

O Juiz Postulski anteriormente atuou como formador de juízes em direito da União Europeia, e é autor e co-autor de vários livros e comentários sobre legislação da UE.



Kathleen Quigg

Sessão 21

A Juíza Kathleen Quigg foi nomeada para o *Court of Queen's Bench of New Brunswick, Trial Division* em novembro de 2006. Atuou na Câmara de Família em Saint John, New Brunswick, até sua nomeação para o Tribunal Recursal de New Brunswick em março de 2008.

A Juíza Quigg é graduada pela Universidade de New Brunswick (BA - 1986, Bacharel em Direito - 1989). Antes de sua nomeação para o tribunal, a Juíza Quigg foi membro da ordem dos advogados de New Brunswick desde 1989, onde advogou por 17 anos.

Kathleen Quigg atuou na seccional de New Brunswick da ordem dos advogados do Canadá (*Canadian Bar Association*) durante oito anos e tornando-se sua presidente em 2005. A Juíza Quigg representa a província de New Brunswick no Conselho Nacional de Administração da *Canadian Bar Association* e foi Vice-Presidente nacional, da Fórum das Advogadas da *Canadian Bar Association*. Seu envolvimento no meio legal inclui a atuação como membro do Comitê do Curso de Admissão à Ordem e do Comitê de Gestão de Riscos. Ela também atuou como representante no *Law Society Council*. A Juíza Quigg é ex-Vice-Presidente do Comitê de Trabalho e Emprego de New Brunswick e atuou no Conselho de Seguros de New Brunswick.



Ángela Quiroga

Sessão 01

Angela Quiroga Quiroga é formada em direito pela Universidade Nacional Autónoma do México e é doutoranda do Instituto de Estudos Judiciários do Tribunal Superior de Justiça da Cidade do México. No setor privado, ela projetou e executou programas de aconselhamento sobre modelos de educação no Grupo de Consultores em Pedagogia Superior (GAAP). Ela é pesquisadora honorária do Instituto de Pesquisa Jurisprudencial para Promoção e Difusão da Ética Judicial junto à Suprema Corte de Justiça do México; ela é membro da Escola Superior dos Advogados mexicana e co-autora de publicações. Participou em vários fóruns sobre educação judicial em todo o país e da 5ª Conferência Internacional da Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT). Foi Diretora-Geral do Instituto de Estudos Judiciários do Tribunal Superior de Justiça da Cidade do México, tendo sido nomeada como Secretária Técnica da Comissão de Ética em articulação com a Comissão Nacional de Tribunais Superiores de Justiça dos Estados Unidos Mexicanos. Atualmente, ela foi distinguida pela Procuradoria Geral do México com o cargo de Procurador Especial para os Crimes de Violência contra as Mulheres e Tráfico de Pessoas na Procuradoria Geral do México.



Rich Reaves

Sessão 11

Rich Reaves é Diretor Executivo do Instituto de Educação Judicial Continuada da Geórgia (ICJE) da Faculdade de Direito da University of Georgia (UGA), desde 1982. Nascido em La Crosse (WI), e Juris Doctor (Direito) pela Universidade do Tennessee (1976), tem pós graduação em cursos de Liderança, e foi premiado pela ABA em 1999 e 1989 (Prêmio de Educação Judicial - melhor programa na nação) e pela UGA em 1998 (Prêmio de Excelência em Serviço Público Walter B. Hill) e em 1988 (Medalha de Distinção no Serviço Público).

Rich Reaves foi o Relator Oficial para a revisão do Código de Conduta Judicial da Georgia (2012-2015); Relator (1992-1994) da revisão do Código de Conduta Judicial da Georgia; Pesquisador (1994); Pesquisador (1984) responsável pelas sinopses dos pareceres consultivos para JQC da Geórgia; CJE Instrutor (1982-presente) Código de Conduta Judicial da Georgia.



Jean-Bastien Risson

Sessão 16

Jean-Bastien Risson é o chefe de gabinete do diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM, instituição de formação judicial da França). Ele está fortemente envolvido no processo de tomada de decisão da ENM, especialmente em questões estratégicas. Ele também é encarregado da coordenação judicial com as partes interessadas (Tribunal de cassação, Ministério da Justiça, fiscalização dos serviços judiciais) e também da política de comunicação da instituição. Antes de sua nomeação como chefe de equipe em maio de 2012, Jean-Bastien Risson era promotor público

adjunto no tribunal de primeira instância de Nantes (2009-2012), especialmente encarregado de crimes financeiros. Entre 2006 e 2009 ele era juiz de investigação no tribunal de primeira instância de Ajaccio (Córsega). Jean-Bastien Risson está muito envolvido em atividades internacionais. Especialista de governança e gestão de instituições de formação judiciária, ele fez várias contribuições em projectos que visam o fortalecimento das instituições de vários países. Ele foi também palestrante de alto nível em seminários internacionais sobre temas criminais.



Eliezer Rivlin

Sessão 24

Vice-Presidente (aposentado) do Supremo Tribunal de Israel. Ombudsman para o Poder Judiciário de Israel desde novembro de 2013. Vice-Presidente Sênior e Professor do Instituto Nacional de Formação Judiciária. Atualmente é o Presidente da Organização Internacional de Formação Judicial (IOJT). Recebeu o seu primeiro diploma em Direito (LL.B) em 1967 e seu primeiro título de mestrado em direito em 1978 (com distinção). Seu segundo grau de mestrado foi obtido com tese em Direito Constitucional, e lhe foi conferido pela Faculdade de Direito da Universidade de Temple, na Filadélfia, em 1986. Nomeado como Professor de Direito em 2012 com base em suas contribuições acadêmicas ao longo de uma carreira vitalícia.

Anteriormente exerceu a advocacia durante sete anos representando agências governamentais, empresas e clientes particulares. Nomeado juiz em 1976, foi em 1999 nomeado à Suprema Corte. Palestrante em grandes instituições acadêmicas, incluindo a Universidade da Flórida e a Cardozo Law School na cidade de Nova Iorque. Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, em Nova York, e na Escola de Direito de Berkeley. Pesquisador visitante da *Monash Law School*, em Melbourne, na Austrália, na Universidade de Toronto e da *Harvard Law School*. Chefou várias comissões nacionais e participou de uma variedade de atividades acadêmicas e profissionais e conferências profissionais - proferindo palestras e participando de painéis acadêmicos.

Durante seis anos serviu como o presidente do Instituto de Ética Judicial do Supremo Tribunal, onde atualmente é o presidente da comissão encarregada de articular regras éticas para os servidores administrativos do judiciário. Suas publicações legais e atividade acadêmica - julgamentos, aulas, palestras, seminários, workshops, livros e artigos - abraça muitos campos legais - especialmente: Direito Constitucional, *Tort Law*, medicamentos, Processo Civil, Evidência legal, Ética e Direito Comercial.



Ileana Rodríguez

Sessão 39

Ileana Rodriguez Guillen foi nomeada Diretora da Escola Judicial "Edgar Cervantes Villalta" a partir de Novembro de 2014. Anteriormente atuou como Diretora Adjunta de 1994 a 1999. Ela tem vinte e cinco anos de trabalho no Poder Judiciário da Costa Rica, onde serviu como juíza de Tráfego, Juíza da Vara Criminal de Finanças e finalmente Juíza Criminal. Ela foi professora da Faculdade de Direito nas áreas de

Direito Penal e de Liquidação Judicial. Autor de numerosas publicações, incluindo "O Valor do Testemunho de crianças em crimes sexuais", "Doutrina e critérios jurisprudenciais de não Conciliabilidade em violência doméstica", "Legalidade, conveniência e viabilidade da Conciliação em Matéria Penal Juvenil", "O papel do Ministério Público no processo de reconciliação".

Formou-se em Direito pela Universidade de Costa Rica em 1989. Graduada como Especialista em Ciências Criminais pela mesma universidade, com honras, em 1998. Formada em Conciliação Judicial e instrutora sobre o assunto de Conciliação Judicial pela Escola Judicial no ano de 1999. Membro do Conselho de Examinadores para juízes do Juízo Criminal.



Xavier Ronsin
Plenária 01

Xavier Ronsin é o diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM, instituto francês de formação judiciária) desde fevereiro de 2012. Esta instituição é responsável pelo recrutamento, formação inicial e contínua dos juízes e procuradores franceses. Seu mandato também inclui atividades internacionais, especialmente a participação na formação de juízes e promotores estrangeiros. Trabalham na instituição cerca de 170 pessoas. Antes de ser nomeado como diretor da ENM, Xavier Ronsin atuou primeiro como juiz de instrução (1982-1990), sendo, então, nomeado promotor-chefe em vários tribunais de primeira instância (Roanne, Nantes), promotor do tribunal de recurso de Rennes e vice-diretor da Administração Penitenciária (2002 - 2004). Em 2001 e novamente em 2007, Xavier Ronsin participou do Comitê de Política Penitenciária, criado no âmbito do Ministério da Justiça. Desde 2003, ele é consultor especializado para o Conselho da Europa e membro do Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e Tratamento ou Punição Desumano ou Degradante.



Barbara Rothstein
Sessão 29

Barbara Jacobs Rothstein é juíza distrital dos Estados Unidos atuando no Distrito Oeste de Washington. Ela é graduada pela Universidade de Cornell e pela *Harvard Law School*. Ela atuou mais recentemente como Diretora do Centro Judiciário Federal, a instituição de ensino e pesquisa para juízes federais dos Estados Unidos em Washington, DC (2003-2011), tendo presidido seu tribunal (1987-1994).

Após a faculdade de direito advogou numa empresa privada em Boston, Massachusetts, e com a Divisão de Antitruste e de Defesa do Consumidor do Escritório da Procuradoria Geral da República em Washington. A juíza Rothstein ensinou prática experimental na Faculdade de Direito da Universidade de Washington e mediação na *Duke Law School*. Antes de sua nomeação para juíza federal, em 1980, ela serviu como juíza do Tribunal Superior de King County para o Estado de Washington.

A juíza Rothstein treinou juízes e advogados em muitos países, para que contribuam para o Estado de Direito e o na independência do poder judiciário. Ela presidiu muitos casos civis e criminais complexos e controversos.



Antônio Rulli
Sessão 05

O Desembargador Antônio Rulli Júnior é Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – COPEDEM desde 2009. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-professor do Centro Universitário UniFmu nos Cursos de Graduação e Pós-graduação (Mestrado/Doutorado), Professor do Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Tocantins e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Vice-Diretor da Escola Paulista da Magistratura – EPM, biênio 2006/2007, Diretor da Escola Paulista da Magistratura – EPM (2008/2009). O Desembargador Rulli foi Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM (2010/2012). É Presidente honorário da União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa.



Joseph Sawyer
Sessão 18
Sessão 44

Joseph Sawyer é membro da equipe do Colégio Nacional de Justiça desde 1986 e é o Diretor de Ensino à Distância e Tecnologia. Como tal, ele fornece instruções para o corpo docente da faculdade sobre o uso de tecnologias de ensino e para uso em sala de aula. Ele também capacita o corpo docente sobre os melhores métodos de educar juízes em um ambiente de ensino à distância em interações síncronas e assíncronas. Ele tem desenvolvido vários programas de ensino à distância para os juízes. Em 2004, o Sr. Sawyer foi o ganhador do Prêmio William R. McMahon concedido anualmente pela Conferência Nacional Divisão Judicial da American Bar Association a lideranças no campo da tecnologia nos tribunais. Joseph Sawyer é pós-graduado pelo Instituto de Liderança para a Educação Judicial, e, em 2006, foi aceito no Instituto Avançado de Liderança de Educação Judicial. Ele também é membro do corpo docente da ordem dos advogados do Estado de Nevada desde 2002. O Sr. Sawyer desenvolveu e produziu centenas de webcasts sobre temas que vão desde a evidência criminal, competência mental, e evidência eletrônica. Ele é atualmente o diretor regional ocidental da Associação Nacional de Educadores Judiciais Estaduais. Sawyer se participa do corpo docente da Faculdade Nacional de Justiça desde 2000.



Ernest Schmatt
Session 39

Ernest Schmatt foi admitido para a prática como advogado junto à Suprema Corte de Nova Gales do Sul, Austrália, em 1979. Ele ocupou posições importantes na área judicial e de gestão do setor público, incluindo procurador para o

Conselho do Serviço Público de New South Wales (1984-1987). Ele foi nomeado o primeiro chefe executivo adjunto da Comissão Judicial de Nova Gales do Sul, quando a Comissão foi criada em 1987 e foi nomeado Chefe do Executivo da Comissão Judicial em 1989. Foi agraciado com a Medalha de Serviço Público em 1997 para gestão e reforma do setor público, relações laborais do setor público e educação judiciária em New South Wales. Ele foi eleito para o Conselho de Governadores da Organização Internacional de Formação Judicial em 2009 e como membro do Comitê Executivo da IOJT em 2011. Ele é membro do Conselho Consultivo do Instituto de Educação Judicial da Commonwealth e membro do Fórum Ásia Pacífico do Secretariado para Reforma Judicial. Schmitt é também membro honorário da Escola de Governo da Universidade de Sydney. Como Chefe do Executivo da Comissão Judicial ele é responsável por suas operações, que se destinam a promover a confiança pública no sistema judicial em New South Wales, oferecendo um programa de educação judicial continuada, promovendo a coerência na prestação jurisdicional e na investigação de queixas feitas contra agentes do judiciário.



Ana Cristina Silva
Sessão 15

Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva, Juíza Federal no estado de Santa Catarina, pertencente ao Tribunal Regional Federal da Quarta Região, Brasil, é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). É professora de Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura Federal de Santa Catarina e do Curso de Pós Graduação em Direito Previdenciário da Universidade do Oeste Catarinense. Participou de diversos cursos na área de Coaching, possuindo creditação internacional pela *Global Accreditation Board for Coaching*.

Atualmente, tem atuado como formadora colaboradora presencial nos cursos realizados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, especialmente nas áreas de Gestão de Pessoas e Formação de Formadores. Atua também como tutora à distância de cursos *on line* sobre Gestão de Pessoas realizados pela ENFAM. É coordenadora do sub-módulo de Gestão de Pessoas do Curso de Formação Inicial dos Juizes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.



Antônio Silva
Sessão 10

Eleito Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco pelo critério de Merecimento, o pernambucano Antônio Carlos Alves da Silva ingressou na magistratura em 1989. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1985, possui graduação em Relações Públicas pela Escola Superior de Relações Públicas (1978).

Sua carreira de Juiz se desenvolveu em Pernambuco, com passagem por diversas comarcas no interior do estado, com atuação também na Justiça Eleitoral, tanto no interior quanto na capital, em funções de executivo e de fiscalização.

No Tribunal de Justiça, exerceu a função de Desembargador substituto nas 1ª, 2ª e 3ª Câmaras Criminais. Em 2008, exerceu, ainda, cargo de Corregedor Auxiliar para o setor do Extrajudicial na Corregedoria Geral de Justiça. Atualmente compõe a 2ª Câmara Criminal da Justiça estadual de 2º Grau.



Ron Sokol
Sessão 02

Juiz Ron Sokol nasceu em 1959. Estudou Direito na Universidade Hebraica de Jerusalém, graduando-se com honras em 1985. Ele fez o seu estágio na suprema corte de Israel e em firma de advocacia privada, integrando a ordem dos advogados de Israel em 1988. Em 1996, depois de advogar em empresa privada, foi nomeado juiz togado de Haifa. O Juiz Sokol foi nomeado juiz substituto do Tribunal do Distrito de Haifa e, em 2003, e foi nomeado juiz do Tribunal Distrital de Haifa em 2004.

O Juiz Sokol é membro da equipe de professores do Instituto de Altos Estudos Judiciários em Israel, e desde 2012 organiza seminários para a formação de novos juizes.



Paulo Tamburini
Sessão 30

O Juiz Paulo de Tarso Tamburini assumiu o cargo de Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais em 1992. Tendo exercido a magistratura em diversas comarcas, é titular da 7ª Vara da fazenda Pública de Belo Horizonte. Em 2005, foi convocado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal para exercer o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, onde, em seguida exerceu as funções de Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, tendo sido eleito pelo Supremo Tribunal Federal para ocupar a vaga da Magistratura Estadual naquele Conselho da República, para o mandato 2009-2011. Em 2011, foi convocado para exercer as funções de Juiz Auxiliar do Tribunal Superior Eleitoral, onde foi o coordenador de segurança das eleições nacionais de 2012. Em 2014, foi convocado para as funções de Juiz Auxiliar da Presidência do Superior tribunal de Justiça, nas funções atuais de Secretário Geral da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Foi o fundador e primeiro diretor da Escola Judicial Eleitoral do TRE-MG.



Sergio Teixeira
Sessão 34

Sérgio Torres Teixeira é Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; Coordenador científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região; possui pós-graduação em Direito Público e em Direito do Trabalho pela Universidade Católica de Pernambuco; Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; professor adjunto da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Católica de Pernambuco, da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, professor e coordenador do Curso de Direito da Faculdade Marista; Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, Membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Direito Processual.



Tom Leighton

Sessão 43

Vice-presidente da empresa Thomson Reuters. Antes de sua função atual, ele foi vice-presidente do Segmento Governo e vice-presidente de Relações Governamentais e Contratos. Anteriormente a essas funções, serviu por três anos no como Advogado Geral da Marinha dos Estados Unidos e, em seguida, advogou em Minneapolis. Tom possui grau de bacharel pela Universidade de St. Thomas e licenciatura em Direito pela Universidade de Minnesota.



John W.N. Tsekooko

Plenária 01

O Juiz John Wilson Nattubu Tsekooko foi convidado para a ordem dos advogados inglesa (*English Bar*) em julho de 1968. Após o seu regresso da Inglaterra para Uganda, foi nomeado Procurador do Estado no escritório do Procurador-Geral, departamento do Ministério Público, em dezembro de 1968. Foi promovido ao posto de Procurador-Geral. Em dezembro de 1974, ele renunciou e buscou a prática privada. Além de dois anos no exílio no Quênia, (1977 - 1979), durante o reinado aterrorizante do general Idi Amin, ele atuou na advocacia e na política (1981 - 1985) até 1990, quando foi nomeado juiz do Supremo Tribunal. John Tsekooko foi nomeado juiz do Tribunal Superior de Uganda, em setembro de 1989, mas posse em janeiro de 1990. Em julho de 1994, foi nomeado Juiz do Supremo Tribunal de Uganda.

Em maio de 1997, o Juiz Tsekooko foi nomeado Presidente da Comissão de Educação Judicial de Uganda, responsável geral pela Educação Judicial (treinamento). No mesmo ano (1997), tornou-se presidente do Comitê de Educação Judicial do Leste Africano, cujo papel era coordenar a Educação Judicial nos estados membros da Comunidade do Leste Africano. Em 1998, ele foi nomeado pelo Procurador-Geral de Uganda Presidente da Comissão de Administração do Centro de Desenvolvimento Legal (LDC), que é um curso de pós-graduação da faculdade de direito para aqueles que pretendem exercer a advocacia. Ele presidiu o Comitê por dez anos, ou seja, até 2007. Em 1999, foi nomeado Presidente do Conselho de Direito, um órgão que exerce o controle (incluindo a disciplina) dos advogados que exercem a profissão em Uganda.

Em janeiro de 2013, ele se aposentou como juiz da Suprema Corte de Uganda e como presidente JTC. No entanto, em de julho de 2013 foi nomeado para trabalhar como *Ag. Justice* do Supremo Tribunal Federal, para um mandato de dois anos.



David Vaughn

Sessão 27

David Vaughn é um advogado com mais de 15 anos de experiência na concepção, implementação e avaliação de projetos de reforma jurídica e judicial em toda a Europa e Eurásia, África e América Latina. Ele atuou como Assessor para o Estado de Direito da *American Bar Association's Central Europe and Eurasian Law Initiative* (ABA / CEELI) no Cazaquistão, ajudando a estabelecer um escritório de elaboração legislativa, uma associação regional de advogados, e uma organização de assistência judicial. O Sr. Vaughn atualmente atua como Chefe da Missão do Projeto Justiça FAIR para o USAID / Ucrânia, que incide sobre o reforço do quadro legal para o sistema judicial, aumentando a transparência e eficiência nas operações judiciais, reforçando o

profissionalismo judicial, e reforçando a cooperação entre os tribunais e a sociedade civil. Ele possui um JD da *Washington College of Law* da *American University*, bem como mestrado em ciência política e BA em Russo, da Universidade de Vermont. David Vaughn é fluente em Russo e também fala ucraniano, francês e espanhol.

Matthew Weatherson

Sessão 09 | Sessão 14

Matthew Weatherson é Diretor de Pesquisa e Publicações do Colégio Judicial de Victoria, Austrália, instituição onde atua desde 2007. Como Diretor de Pesquisa e Publicações, ele supervisiona pesquisas e publicações da equipe da Academia, que produz e mantém 12 livros de referência amplamente utilizados por oficiais judiciais, profissionais do direito, policiais, estudantes e acadêmicos. Ele é membro do Grupo Consultivo no Aconselhamento do Juri do Departamento de Justiça e Regulamentação de Victoria, um grupo de referência aos interessados na melhoria do quadro legislativo que rege instruções do júri. Matt tem escrito extensivamente sobre instruções do júri, processo penal e legislação sobre lesões pessoais. Em 2012, ele trabalhou com o Juiz Weinberg do Tribunal de Apelação de Victoria no Relatório de Simplificação das Instruções ao Júri, que produziu uma série de recomendações para a melhoria das instruções relativas à cumplicidade, provas circunstanciais, a propensão da prova e testemunhas não confiáveis, que já foram implementadas em Victoria.



Rai Veiga

Sessão 11 | Sessão 23 | Sessão 28
Sessão 33 | Sessão 38

A Professora Maria Raimunda (Rai) Mendes da Veiga foi Secretária-Executiva da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam até julho de 2014. Iniciou seu trabalho na Enfam em 2008, e foi responsável por intermediar o acordo de cooperação com a Escola Nacional da Magistratura da França – ENM, que permitiu a Escola Nacional alcançar autonomia neste campo, construindo um projeto próprio para formar seus magistrados docentes.

Entre 2012 e 2013 foi Secretária do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, onde coordenou o desenvolvimento e a implantação do projeto nacional do curso de formação inicial para juizes federais no Brasil.

Antes de atuar na ENFAM, Raimunda Veiga foi Secretária de Gestão de Pessoas do Superior Tribunal de Justiça, onde ingressou por concurso público, em 1990, tendo coordenado os projetos de gestão por competências e de educação corporativa do STJ, contribuindo para uma gestão inovadora.

Raimunda Veiga possui formação acadêmica em Pedagogia, com especialização em Gestão de Pessoas, pela Fundação Getúlio Vargas.



Shreekrishna Mulmi

Sessão 32 | Sessão 45

Shreekrishna Mulmi - Vice-Diretor e Editor-Chefe da *NJA Law Journal*. Mestre em Direitos Humanos Internacionais (2008/09) pela Universidade de Hong Kong, Hong Kong; Mestre em Direito Penal e as Leis Corporativas (2002 - 2004) pela Universidade de Pune, Ganeshkhind, Pune-411 007, India; Bacharel em Direito (1999) pela Universidade de Tribhuwan, Kathmandu, Nepal.

COMISSÃO INTERNACIONAL IOJT

- Eliezer Rivlin Suprema Corte de Israel - Presidente do IOJT
- Mary McQueen - Secretária-Geral do IOJT e Presidente do NCSC-EUA
- Marcelo Navarro Ribeiro Dantas - Ministro Superior Tribunal de Justiça do Brasil e Membro do Conselho de Governadores - IOJT

COMITÊ IOJT BRASIL

- Fernando Cerqueira Norberto dos Santos - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – Presidente do Comitê Organizador da 7ª Conferência - IOJT
Ex - Diretor da Escola Judicial de Pernambuco - Secretário Geral do COPEDEM – Colégio Permanente dos Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura do Brasil
- João Otávio de Noronha - Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Brasil - Diretor Geral da ENFAM – Escola Nacional de Formação de Magistrados
- Renato de Lacerda Paiva - Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – Diretor Geral da ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
- José Coêlho Ferreira Superior - Ministro do Superior Tribunal Militar do Brasil - Diretor Geral do CEJUM – Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União
- Cláudio Luis Braga Dell'Orto - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Presidente da ENM / AMB – Escola Nacional de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros
- Antonio Rulli Júnior - Desembargador (aposentado) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Presidente do COPEDEM - Colégio Permanente dos Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura do Brasil
- Manoel de Oliveira Erhardt – Desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Diretor Geral da ESMAFE – Escola de Magistratura Federal da 5ª Região
- Ricardo Oliveira de Paes Barreto - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – Diretor Geral da EJUD / TJPE - Escola Judicial de Pernambuco

COMITÊ EXECUTIVO IOJT - 7ª CONFERÊNCIA

- Luiz Albuquerque Melo - Secretário Geral da ESMAFE - Escola de Magistratura Federal da 5ª Região – Servidor
- Rodrigo Samico Carneiro - Juiz Secretário Geral da ESMATRA – Escola da Magistratura do Trabalho da 6ª Região
- Gabriel Oliveira Cavalcanti - Juiz Coordenador da Escola Judicial de Pernambuco - EJUD/TJPE
- Marcel Lima - Secretário Executivo da Escola Judicial de Pernambuco - EJUD/TJPE
- Rossana Lima - Secretária Geral do Comitê Executivo da 7ª Conferência
- Kátia Romijn - Tribunal Regional Eleitoral

THE
INTERNATIONAL
ORGANIZATION
FOR JUDICIAL
TRAINING

